

1 Sumário

1	Sumário	1
2	PORTARIA MME Nº 42, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1995 (DOU 01/03/1995)	2
3	PORTARIA MME Nº 385, DE 13 DE AGOSTO DE 2003 (DOU 14/08/2003) e PORTARIA MME Nº 16, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2004 (DOU 06/02/2004)	13
4	PORTARIA Nº 435, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2003 (Boletim Interno DNPM nº04 14/11/2003).....	18
5	PORTARIA MME Nº 247, DE 08 DE ABRIL DE 2011 (DOU 11/04/2011)	30

2 PORTARIA MME Nº 42, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1995 (DOU 01/03/1995)

- Aprova o regimento interno do DNPM.

UNIDADE ORGANIZACIONAL
ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO DIRETOR-GERAL
Gabinete
ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES:
DIRETORIA DE EXPLORAÇÃO MINERAL
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA MINERAL
DIRETORIA DE OPERAÇÕES
OS DISTRITOS, ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS DO DNPM, TEM A SEGUINTE JURISDIÇÃO:
25º DISTRITO NO ESTADO DE ALAGOAS, COM SEDE EM MACEIÓ
1. Seção de Autorizações e Concessões
2. Seção de Geologia e Produção Mineral
3. Seção de Economia Mineral
4. Seção de Administração
5. Setor de Atendimento

2.1 DNPM

UNIDADE ORGANIZACIONAL	DESCRIÇÃO
DNPM	<p>Art. 1º O Departamento Nacional do Produção Mineral tem como finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, na forma do que dispõem o Código de Mineração, o Código de Águas Minerais, os respectivos regulamentos e legislação que os complementam, competindo-lhe em especial:</p> <p>I - promover a outorga, ou propô-la à autoridade competente, quando for o caso, dos títulos minerários relativos à exploração e ao aproveitamento dos recursos minerais e expedir os demais atos referentes à execução da legislação minerária;</p> <p>II – coordenar, sistematizar e integrar os dados geológicos dos depósitos minerais, promovendo a elaboração de textos, cartas e mapas geológicos para divulgação;</p> <p>III – acompanhar, analisar e divulgar o desempenho da economia mineral brasileira e internacional, mantendo serviços de estatística da produção e do comércio de bens minerais;</p> <p>IV – formular e propor diretrizes para a orientação da política mineral;</p> <p>V – fomentar a produção mineral e estimular o uso racional e eficiente dos recursos minerais;</p> <p>VI – fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização dos bens minerais, podendo realizar vistorias, autuar infratores e impor as sanções cabíveis, na conformidade do disposto na legislação minerária.</p> <p>VII – baixar normas, com caráter complementar, e exercer a fiscalização sobre o controle ambiental, a higiene e a segurança das atividades de mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente e pela higiene, segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores;</p>

	<p>VIII – implantar e gerenciar bancos de dados para subsidiar as ações de política mineral necessárias ao planejamento governamental;</p> <p>IX – baixar normas e exercer fiscalização sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, de que trata o § I do art. 20 da Constituição Federal;</p> <p>X – fomentar a pequena empresa de mineração;</p> <p>XI – estabelecer as áreas e as condições para o exercido da garimpagem em forma individual ou associativa.</p>
ESTRUTURA	<p>CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</p> <p>Art. 2º O Departamento Nacional de Produção Mineral tem a seguinte Estrutura Organizacional:</p> <p>I - órgãos de assistência direta e imediata ao Diretor-Geral</p> <p>a) Gabinete</p> <p>(...)</p> <p>III – órgãos específicos e singulares</p> <p>a) Diretoria de Exploração Mineral</p> <p>1 - Setor de Expedição</p> <p>2 - Divisão de Geologia e Pesquisa Mineral</p> <p>2.1 - Serviço de Geologia de Depósitos Minerais</p> <p>2.2 _ Serviço de Cartografia e Sensoriamento Remoto</p> <p>2.3 - Núcleo de Atendimento</p> <p>3 -Divisão de Recursos Minerais e Hídricos Subterrâneos</p> <p>3.1 - Serviço de Patrimônio Mineral</p> <p>3.2 – Serviço de Água Subterrânea</p> <p>3.3 – Núcleo de Atendimento</p> <p>b) Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral</p> <p>1 – Setor de Expedição</p> <p>2 – Divisão de Minas e Controle Ambiental na Mineração</p> <p>2.1 – Serviço de Minas</p> <p>2.2 – Serviço de Controle Ambiental na Mineração</p> <p>2.3 – Núcleo de Atendimento</p> <p>3 – Divisão de Economia Mineral</p> <p>3.1 – Serviço de Estatística e Análises Econômicas</p> <p>3.2 – Serviço de Estudos de Política Mineral</p> <p>3.3 – Núcleo de Atendimento</p> <p>c) Diretoria de Operações</p> <p>1 – Setor de Expedição</p> <p>2 - Divisão de Autorizações e Concessões</p> <p>2.1 – Serviço de Atendimento ao Usuário</p> <p>2.2 – Serviço de Outorga de Títulos Minerários</p> <p>2.3 – Núcleo de Atendimento</p> <p>3 – Divisão de Controle da Fiscalização e Normalização</p> <p>3.1 – Serviço de Controle e Acompanhamento da Fiscalização</p> <p>3.2 – Serviço de Normatização</p> <p>3.3 – Núcleo de Atendimento</p>

2.2 DIRETOR-GERAL e DEMAIS GESTORES

DIRETOR-GERAL	<p>CAPÍTULO IV - DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES</p> <p>Art. 19. Ao Diretor-Geral, incumbe propor políticas e deliberar sobre os planos, programas e projetos da Autarquia, avaliar o desempenho da Autarquia e especialmente:</p> <p>I - representar a Autarquia, ativa e passivamente, em juízo, através de procuradores, ou fora dele, na qualidade de seu principal responsável;</p> <p>II - dirigir, orientar e coordenar, através dos órgãos estruturais e de acordo com a regulamentação em vigor, o funcionamento da Autarquia em todos os setores de suas atividades, zelando pelo fiel cumprimento da política mineral, dos planos, programas e projetos;</p> <p>III - firmar, em nome da Autarquia, contratos, convênios, acordos e ajustes e outros instrumentos similares, bem assim documentos de titulação de imóveis;</p> <p>IV - praticar atos de gestão de recursos humanos, orçamentários, financeiros e de administração;</p> <p>V - delegar competências;</p> <p>VI - zelar pelo desenvolvimento, legitimidade e credibilidade interna e externa da Autarquia;</p> <p>VII - determinar as medidas necessárias ao cumprimento da legislação minerária;</p> <p>VIII - articular-se com autoridades do País ou exterior sobre assuntos do interesse da Autarquia, no limite de sua competência;</p> <p>IX - firmar convênios, acordos, contratos e ajustes com pessoas físicas ou jurídicas nacionais e com entidades estrangeiras ou internacionais;</p> <p>X - decidir sobre a aplicação de multas e outras penalidades previstas na legislação em vigor;</p> <p>XI - determinar a instauração de inquérito conformes as normas e legislação permanentes;</p> <p>XII - baixar portarias e emitir instruções normativas, circulares e outros instrumentos, referente a atos de sua competência;</p> <p>XV - baixar atos normativos.</p> <p>Art. 20. Ao Diretor-Geral Adjunto incumbe:</p> <p>I - dirigir, orientar e coordenar as ações de administração interna da Autarquia, inclusive aquelas ligadas à organização e modernização administrativa, informática e documentação;</p> <p>II - assistir o Diretor-Geral na execução das competências da Autarquia;</p> <p>III - substituir o Diretor-Geral nas suas ausências e eventuais impedimentos;</p> <p>IV - executar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Diretor-Geral.</p>
DIRETORES	<p>Art. 21. Aos Diretores incumbe:</p> <p>I - assessorar o Diretor-Geral no exercício de suas atribuições;</p> <p>II - dirigir, coordenar e fiscalizar as atividades técnicas e administrativas exercidas pelas unidades que lhe são subordinadas;</p> <p>III - coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes à respectiva Diretoria;</p> <p>IV - orientar, supervisionar e fiscalizar as atividades técnico-científicas e administrativas das unidades regionais da Autarquia, no que lhes couber;</p> <p>V - pronunciar-se, em grau de recursos, nas decisões finais sobre ato de autoridade que lhe for subordinada;</p> <p>VI - assegurar a mais estrita colaboração das unidades que lhes são subordinadas, entre si, destas com as demais unidades da Autarquia, bem assim com entidades públicas ou privadas que mantenham atividades correlatas;</p> <p>VII - realizar diligências e propor a abertura de sindicância e inquérito administrativos;</p> <p>VIII - fazer cumprir os atos baixados pelo Diretor-Geral;</p> <p>IX - implementar as ações estabelecidas em convênios com outros órgãos ou entidades;</p> <p>X - articular-se, no limite de sua competência, com entidades públicas e privadas nacionais, com vistas ao intercâmbio de informações e experiências sobre assuntos de interesse da Autarquia;</p> <p>XI - cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas, bem como a observância da Legislação federal em vigor, relativas às áreas de sua atuação;</p> <p>XII - diligenciar para obtenção de recursos humanos, materiais e financeiros necessários à execução dos programas e projetos da sua área de competência;</p> <p>XIII - propor a celebração de acordos, contratos e convênios;</p> <p>XIV - praticar todos os demais atos que se fizerem necessários à implementação das atividades das unidades, que lhe são subordinadas, observando a legislação vigente;</p>

	<p>XV - indicar, dentre seus subordinados, aquele que deverá substituí-lo em seus impedimentos legais e eventuais;</p> <p>XVI - indicar ao Diretor-Geral os nomes dos servidores para provimento de cargos e funções em comissão existentes na sua área de competência;</p> <p>XVII - autorizar a reabilitação de despesas à conta do orçamento alocado às unidades sob sua responsabilidade.</p>
CHEFE DO DISTRITO	<p>Art. 26: Ao Chefe de Distrito incumbe:</p> <p>I - representar a Autarquia no seu relacionamento oficial com entidades públicas e privada, localizadas em sua área de atuação;</p> <p>II - emitir pareceres sobre assuntos pertinentes ao Distrito;</p> <p>III - elaborar e submeter ao Diretor-Geral relatórios das atividades executadas pelo Distrito;</p> <p>IV - alocar os servidores em exercício no Distrito e promover a adequada distribuição dos trabalhos;</p> <p>V - praticar atos de administração necessários à execução das tarefas.</p>
DEMAIS CHEFIAS	<p>Art. 27. Ao Chefe de Divisão, Serviço, Seção, Setor e Núcleo incumbe:</p> <p>I - orientar, dirigir e fiscalizar as atividades exercidas por seus subordinados, no que lhes couber,</p> <p>II - implementar e executar as ações estabelecidas em convênios com demais Órgãos e Entidades;</p> <p>III - cumprir e fiscalizar o exercício das normas específicas com observância da legislação em vigor, relativas às áreas de sua atuação;</p> <p>IV - orientar e executar projetos específicos na jurisdição de sua área de atuação;</p> <p>V - praticar os demais atos que se fizerem necessários à implementação das atividades que lhe subordinadas.</p>

2.3 ÁREAS FINALÍSTICAS

DIRETORIA DE EXPLORAÇÃO MINERAL	<p>Seção III - Dos Órgãos Específicos Singulares</p> <p>Art. 7º À Diretoria de Exploração Mineral compete planejar, dirigir, orientar, coordenar e executar atividades relacionadas aos trabalhos de geologia e exploração mineral, bem como fomentar as pesquisas geológicas e proteger, pesquisar e difundir a memória geológica nacional.</p> <p>1 - Ao Setor de Expedição compete controlar e executar as atividades de registro e expedição de documentos. organizar e manter atualizados os arquivos, bem como desenvolver demais atividades de apoio administrativo.</p> <p>2 - A Divisão de Geologia e Pesquisa Mineral compete supervisionar, coordenar, orientar, opinar e decidir sobre:</p> <p>I - execução de programas e projetos de geologia e exploração mineral em áreas mineralizadas ou potenciais.</p> <p>II - elaboração de textos e mapas de síntese relativos a recursos minerais e metalogenia;</p> <p>III - superintendência das pesquisas geológicas;</p> <p>IV - planejamento da cartografia multitemática de interesse da Autarquia;</p> <p>V - realizar acordos e convênios de cooperação técnica;</p> <p>VI - edição e divulgação de trabalhos técnicos.</p> <p>VII - assegurar o cumprimento das atividades inerentes à Divisão, pelos Distritos.</p> <p>2.1 - Ao Serviço de Geologia de Depósitos Minerais compete</p> <p>I - estudar oportunidades para implantação e execução de projetos de Estudos de Distritos Mineiros, em articulação com outros órgãos e empresas do setor mineral;</p> <p>II - realizar estudos, inclusive através de apoio a teses de pós-graduação, em áreas de depósitos minerais para a definição e caracterização de tipologias, controles e modelos genéticos das mineralizações;</p> <p>III - organizar, sistematizar e integrar dados geológicos, geofísicos, geoquímicos, entre outros, com vista a elaboração de mapas, cartas e textos básicos de síntese relativos aos recursos minerais;</p> <p>IV - apoiar e estimular o estudo e divulgação de novos métodos e técnicas adequados ao desenvolvimento da exploração mineral;</p>
--	--

V - manter e operacionalizar os laboratórios gemológicos e mineralógicos, bem como atender o público usuário quanto a informações técnicas de seu interesse.

VI – organizar, manter e disseminar banco de dados nas áreas de geologia, geoquímica e geofísica;

2.2 - Ao Serviço de Cartografia e Sensoriamento Remoto compete:

I - elaborar cartas e mapas-base planimétricos e/ou plani-altimétricos, bem como normas relativas à metodologia de trabalhos cartográficos multi-temáticos de interesse da Autarquia;

II - desenvolver o planejamento cartográfico para edição de cartas e mapas temáticos;

III - interpretar imagens de sensores remotos em apoio a projetos da Autarquia, bem como pesquisar, desenvolver e disseminar novas tecnologias de interpretação e tratamento de dados da área de sensoriamento;

IV - orientar a aquisição de imagens e dados digitais necessários ao desenvolvimento de atividades de interesse da Autarquia;

V - organizar, manter e disseminar bancos de dados.

2 3 - Ao Núcleo de Atendimento compete controlar e executar as atividades de registro e expedição de documentos, organizar e manter atualizado os arquivos, promover a execução de trabalhos de mecanografia, digitação de textos, ofícios, memorandos, fax, telex, entre outros.

3 –A Divisão de Recursos Minerais e Hídricos Subterrâneos compete supervisionar, coordenar, orientar, opinar e decidir sobre:

I - acompanhamento das atividades de pesquisa mineral;

II - implantação e manutenção de bancos de dados relativos aos recursos minerais e hídricos subterrâneos;

III - apoio aos programas e projetos de proteção e preservação da memória geológica e das fontes hidrominerais;

IV - elaboração de textos, cartas e mapas de síntese relativos aos recursos hídricos subterrâneos;

V – realização de acordos e convênios de cooperação técnica;

VI – edição e divulgação de trabalhos técnicos;

Vil – assegurar o cumprimento das atividades inerentes à Divisão pelos Distritos.

3.1 - Ao Serviço de Patrimônio Mineral compete:

I - orientar o acompanhamento dos trabalhos de prospecção e pesquisa mineral, apoiar e colaborar na análise e avaliação técnica dos relatórios finais de pesquisa e documentos cartográficos pertinentes;

II – definir juntamente com os Distritos a uniformização de termos, símbolos, convenções e formas de apresentação dos relatórios finais de pesquisa mineral e de mapas pertinentes,

III – apoiar, instruir e orientar a coleta de dados dos relatórios de pesquisa mineral e de outros documentos técnicos com vista à implantação do cadastro de recursos: minerais;

IV – organizar, manter e disseminar o banco de dados de recursos minerais;

V – preservar, proteger, pesquisar e difundir o acervo técnico-científico que constitui a memória geológica do País, em especial os monumentos, os sítios geológicos, os depósitos fossilíferos, os museus de minerais, rochas, e materiais relacionados;

VI — exercer o controle e a fiscalização dos depósitos fossilíferos bem como da exportação de dados e materiais geológicos, mineralógicos e paleontológicos, conforme dispõe a legislação pertinente.

VII - apoiar a realização de estudos específicos objetivando a proteção e preservação dos jazimentos fossilíferos e de outros monumentos geológicos, bem como criar meios e condições de organização e conservação do acervo das litotecas da Autarquia.

3.2 - Ao Serviço de Águas Subterrâneas compete:

I - orientar o acompanhamento dos trabalhos de pesquisa e lavra de águas minerais e colaborar, na análise e avaliação técnica dos respectivos relatórios finais e documentos cartográficos pertinentes.

II - realizar estudos de avaliação e aproveitamento dos recursos hídricos subterrâneos;

III - apoiar os programas permanentes de preservação, conservação e uso racional dos recursos hídricos subterrâneos, em articulação com os demais órgãos do setor;

	<p>IV - organizar, sistematizar e integrar dados com vista a elaboração de textos, mapas e cartas de síntese relativos às fontes hidrominerais do País:</p> <p>V - apoiar e estimular o desenvolvimento de estudos para o maior conhecimento e caracterização das fontes hidrominerais, quanto à sua potencialidade e qualidade:</p> <p>VI - organizar, manter e disseminar o banco de dados de recursos hídricos subterrâneos.</p> <p>VII - apoiar, instruir e orientar a coleta de dados dos relatórios de pesquisa e lista de fontes hidrominerais e de outros documentos técnicos.</p> <p>3.3 - Ao Núcleo de Atendimento compete controlar e executar as atividades de registro e expedição de documentos, organizar e manter atualizado os arquivos, promover a execução de trabalhos de mecanografia, digitação de textos, ofícios, memorandos, fax, telex, etc.</p>
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA MINERAL	<p>Art. 8º À Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral compete planejar, dirigir, orientar, coordenar e executar atividades relacionadas a economia mineral e às minas, incluindo a exploração. Beneficiamento, segurança, controle ambiental, bem como o acompanhamento, análise e divulgação do desempenho do setor mineral.</p> <p>1 - Ao Setor de Expedição compete controlar e executar as atividades de registro e expedição de documentos, organizar e manter atualizados os arquivos, bem como desenvolver demais atividades de apoio administrativo.</p> <p>2 - A Divisão de Minas e Controle Ambiental na Mineração compete supervisionar, coordenar, orientar, opinar e decidir sobre:</p> <p>I – execução de programas e projetos que promovam o desenvolvimento de tecnologias de interesse da indústria mineral em consonância com as políticas e programas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico;</p> <p>II – implantação de ações relativas à execução de programas e projetos tecnológicos direcionados ao controle dos impactos da atividade de mineração sobre o meio ambiente, em consonância com a Política Nacional do Meio Ambiente;</p> <p>III – realização de acordos e convênios de cooperação técnica:</p> <p>IV – edição e divulgação de trabalhos técnicos;</p> <p>V – superintendência e fomento das pesquisas em tecnologia mineral;</p> <p>VI – assegurar o cumprimento das atividades inerentes à Divisão pelos Distritos;</p> <p>2.1 - Ao Serviço de Minas compete:</p> <p>I – desenvolver programas e projetos tecnológicos visando o aperfeiçoamento do processo produtivo nos aspectos relacionados a lavra, ao beneficiamento, segurança e higiene na mineração;</p> <p>II – apoiar o desenvolvimento da pequena e média empresa de mineração através de programas e projetos na área de tecnologia mineral;</p> <p>III – apoiar o desenvolvimento organizado e racional da lavra garimpeira através de programas e projetos na área de tecnologia mineral,</p> <p>IV – apoiar e estimular a pesquisa e a difusão de tecnologias adequadas ao desenvolvimento da produção mineral;</p> <p>V – organizar, manter e disseminar banco de dados com informações da área.</p> <p>2.2 - Ao Serviço de Controle Ambiental na Mineração compete:</p> <p>I - desenvolver programas e projetos visando o conhecimento e o controle dos impactos da atividade de mineração sobre o meio ambiente;</p> <p>II – acompanhar a implantação e o desenvolvimento do plano de controle ambiental e/ou do relatório de controle ambiental, aprovados pelos órgãos ambientais competentes, dirigidos a atividade de mineração,</p> <p>III - organizar, manter e disseminar bancos de dados com informações da área;</p> <p>IV - apoiar e estimular a pesquisa e a difusão de tecnologias adequadas ao controle dos impactos da atividade de mineração sobre o meio ambiente.</p> <p>2.3 — Ao Núcleo de Atendimento compete controlar e executar as atividades de registro e expedição de documentos, organizar e manter atualizados os arquivos, promover a execução de trabalhos de mecanografia, digitação de textos, ofícios, memorandos, fax, telex, entre outros.</p> <p>3 - A Divisão de Economia Mineral compete supervisionar, coordenar, orientar, opinar e decidir sobre:</p> <p>I - atividades relacionadas às estatísticas e análises econômicas:</p> <p>II - estudos de política mineral, envolvendo produção, comércio, consumo, investimentos, tributos, royalties e outros aspectos relacionados ao setor mineral;</p>

	<p>III - edição e divulgação de trabalhos técnicos;</p> <p>IV - assegurar o cumprimento das atividades inerentes à Divisão pelos Distritos;</p> <p>3.1 - Ao Serviço de Estatística e Análises Econômicas compete:</p> <p>I – organizar, manter e disseminar bancos de dados com informações estatísticas do setor mineral;</p> <p>II – articular os mecanismos regionais de coleta análise dos relatórios anuais de lavra.</p> <p>III - manter intercâmbio com entidades públicas e privadas, compatibilizar e consolidar informações estatísticas oriundas de outras fontes;</p> <p>IV - realizar análise econômica a nível nacional, internacional, tanto por bens mineral como por grupos de substâncias minerais.</p> <p>V - fornecer subsídios para análise econômica dos Planos de Aproveitamento Econômico e realizar análise estatística dos Relatórios Anuais de Lavra;</p> <p>VI - proceder a atualização sistemática do Anuário Mineral Brasileiro e de outras publicações da área.</p> <p>3.2 - Ao Serviço de Estudos de Política Mineral compete:</p> <p>I - estudar e sugerir diretrizes de política mineral:</p> <p>II - acompanhar a evolução do comércio de bens minerais, bem como de acordos, associações e organizações internacionais de produtores e consumidores de produtos de origem mineral,</p> <p>III - acompanhar e estudar a legislação tributária relativa ao setor mineral do País e proceder estudos comparativos a nível internacional;</p> <p>IV - acompanhar e avaliar o efeito da tributação sobre o desempenho do setor e sugerir medidas visando torná-la compatível com o desenvolvimento setorial.</p> <p>V - acompanhar, realizar estudos e propor normas para aperfeiçoar a legislação sobre a compensação financeira pela exploração de recursos minerais, bem como proceder estudos comparativos com os royalties internacionais na mineração:</p> <p>VI - exercer o controle da fiscalização sobre a compensação financeira e o comércio de bens minerais.</p> <p>3.3 - Ao Núcleo de Atendimento compete controlar e executar as atividades de registro e expedição de documentos, organizar e manter atualizados os arquivos, promover a execução de trabalhos de mecanografia, digitação de textos, oficiou, memorandos, fax, telex, entre outros.</p>
DIRETORIA DE OPERAÇÕES	<p>Art. 9º À Diretoria de Operações compete planejar, dirigir, orientar, coordenar e executar atividades relacionadas à outorga dos títulos minerários, à fiscalização da atividade minerária, bem como a manutenção dos registros legais e edição de normas regulamentares.</p> <p>1 - Ao Setor de Expedição compete controlar e executar as atividades de registro e expedição de documentos, organizar e manter atualizados os arquivos, bem como desenvolver demais atividades de apoio administrativo.</p> <p>2 - A Divisão de Autorizações e Concessões compete coordenar, supervisionar, orientar, opinar e decidir sobre:</p> <p>I – as atividades relacionadas a outorga de títulos minerários;</p> <p>II – atenção dos registros legais;</p> <p>III – acompanhamento e divulgação da evolução da legislação minerária e correlativa;</p> <p>IV – assegurar e controlar o cumprimento das atividades inerentes à Divisão pelos Distritos.</p> <p>2.1 — Ao Serviço de Atendimento ao Usuário compete:</p> <p>1 – estabelecer o contato inicial com os mineradores, seus procuradores e com o público em geral;</p> <p>II – promover ações direcionadas ao melhor atendimento ao usuário, no que tange a legislação minerária e correlativa;</p> <p>III – prestar informações e orientações aos usuários, no tocante aos processos de outorga de títulos minerários;</p> <p>IV – conceder vistas a processos e informações disponíveis na Autarquia.</p> <p>2.2 - Ao Serviço de Outorga de Títulos Minerários compete:</p> <p>I - controlar as atividades de outorga de títulos minerários;</p> <p>II - controlar as atividades relativas ao controle de áreas e as empresas de mineração;</p>

- III - preparar os títulos necessários para assinatura das autoridades competentes;
- IV - providenciar as publicações dos atos da Autarquia;
- V - manter registros legais e elaborar relatórios do gerenciamento dos direitos minerários;
- VI - orientar, manter e disseminar bancos de dados com informações da área.

2.3 - Ao Núcleo de Atendimento compete controlar o executar as atividades de registro e expedição de documentos, organizar e manter atualizados os arquivos, promover a execução de trabalhos de mecanografia, digitação de textos, ofícios, memorandos, fax, telex, entre outros.

3 - A Divisão de Controle da Fiscalização e Normalização compete supervisionar, coordenar, orientar, opinar e decidir sobre:

I – gerenciar as normas propostas pelas demais unidades da Autarquia;

II - articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente e pela higiene, segurança e saúde ocupacional. dos trabalhadores, para o exercício da fiscalização e da normatização;

III - normas e instruções referentes a fiscalização e procedimentos técnicos e administrativos relacionados a análise, aprovação e acompanhamento de requerimentos, planos e projetos de apresentação obrigatória à Autarquia;

IV - estudos, projetos, programas e trabalhos técnicos necessários ao aperfeiçoamento da ação fiscalizadora e normativa da mineração;

V - proposição de acordos e convênios de cooperação técnica;

VI - edição e divulgação de normas, regulamentou e trabalhos técnicos:

VII - assegurar e controlar o cumprimento das atividades inerentes a Divisão pelos Distritos.

3.1 - Ao Serviço de Controle e Acompanhamento da Fiscalização compete:

I - exercer o controle da fiscalização sobre a pesquisa, a lavra, a segurança, a higiene, o beneficiamento e controle ambiental das atividades de mineração;

II - elaborar e propor programas de trabalhos a serem desenvolvidos em articulação com os órgãos responsáveis pelo meio ambiente, pela segurança, higiene e saúde ocupacional dos trabalhadores de forma a compatibilizar as ações de fiscalização destas atividades na mineração;

III — elaborar e coordenar a execução de programas, projetos e trabalhos técnicos na área de fiscalização;

IV - analisar e emitir parecer sobre documentos, relatórios, trabalhos, consultas, denúncias que impliquem na ação fiscalizadora da Autarquia;

V - organizar e manter atualizado o cadastro de minas;

VI - organizar, manter e disseminar bancos de dados com informações da área;

VII - controlar o pagamento do taxas de conformidade com a legislação vigente.

3,2 - Ao Serviço de Normatização compete:

I - elaborar e propor regulamentos, normas e instruções referentes a pesquisa, a lavra e ao beneficiamento mineral e, em caráter suplementar, as normas referentes ao controle ambiental, segurança e higiene das atividades de mineração;

II - realizar estudos e propor a revisão da legislação vigente objetivando sua atualização e aperfeiçoamento;

III - elaborar e propor programas e trabalhos a serem desenvolvidos em articulação com os órgãos responsáveis pelo meio ambiente, segurança, higiene e saúde ocupacional dos trabalhadores de forma a compatibilizar as ações de normatização dessas atividades na mineração;

IV - elaborar e coordenar programas, projetos e trabalhos técnicos na área de normatização;

V - organizar, manter e disseminar bancos de dados com informações da área.

3 - Ao Núcleo de Atendimento compete controlar e executar as atividades de registes e expedição de documentos, organizar e manter atualizados os arquivos, promover a execução de trabalhos de mecanografia. digitação de textos, ofícios, memorandos, fax. telex. entre outros.

2.4 ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS

ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS	<p>CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</p> <p>Art. 2º O Departamento Nacional de Produção Mineral tem a seguinte Estrutura Organizacional: (...)</p> <p>IV – Os Distritos, órgãos descentralizados do DNPM, têm a seguinte jurisdição</p> <p>(...)</p> <p>25º Distrito no Estado de Alagoas, com sede em Maceió</p> <p>a) Distrito (...)</p> <p>Nos Estados do Alagoas, Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e Tocantins</p> <p>1 – Seção de Autorizações e Concessões</p> <p>2 – Seção de Geologia e Produção Mineral</p> <p>3 – Seção de Economia Mineral</p> <p>4 – Seção de Administração</p> <p>5 – Setor de Atendimento</p> <p>Seção IV - Dos Órgãos Descentralizados</p> <p>Art 10. Aos Distritos compete exercer es atividades finalísticas do Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM, assegurando, controlando e fiscalizando o exercício das atividades de mineração na sua área de jurisdição na forma do que dispõem o Código de Mineração. o Código de Águas Minerais. os respectivos regulamentos, a legislação que os complementa e a legislação correlativa; instruir processos técnicos e administrativos e emitir, se for o caso, pareceres correspondentes, representar a Autarquia na área de sua jurisdição e incumbir-se das demais atribuições que lhe foram confiadas por delegação de competência ou por este Regimento Interno.</p> <p>(...)</p> <p>Art. 17. Nos Estados de Alagoas, Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e Tocantins:</p> <p>1 - À Seção de Autorizações e Concessões, na forma do que dispõem o Código de Mineração, o Código de Águas Minerais, seus respectivos Regulamentos, e as legislações que os complementam compete:</p> <p>I - executar as atividades relacionadas à outorga de Autorizações de Pesquisa, Concessões de Lavra, Permissão de Lavra Garimpeira, Registro de Licenciamento, constituição de Grupamentos Mineiros, Reconhecimento Geológico, Consórcio de Mineração;</p> <p>II - examinar, controlar e instruir os processos de outorga de títulos minerários;</p> <p>III - propor normas de orientação ao usuário,</p> <p>IV - proceder a juntada de documentos;</p> <p>V - anexação, apensação e desapensação de processos, fiscalizando e promovendo sua ordenação antes de sua distribuição;</p> <p>VI - acompanhar e divulgar a evolução da legislação minerária;</p> <p>VII - fiscalizar e processar os documentos referentes a taxa anual por hectare e ressarcimento com despesas de vistoria e outras atribuições que lhe forem cometidas;</p> <p>VIII - controlar o direito de prioridade;</p> <p>IX - elaborar e manter atualizados os mapas de controle de áreas;</p> <p>X - prestar informações sobre a disponibilidade de áreas o a qualidade das informações cartográficas da região;</p> <p>XI - controlar as áreas vedadas à mineração ou condicionadas a procedimentos especiais, tais como áreas indígenas, áreas ecológicas, áreas de fronteiras e outras definidas na legislação;</p> <p>XII - analisar e instruir os processos de outorga dos títulos minerários;</p> <p>XIII - registrarem livros próprios os títulos minerários;</p> <p>XIV - efetuar as averbações aos registros de títulos minerários de sua competência;</p> <p>XV – emitir as certidões pertinentes;</p>
-------------------------	---

XVI - preparar e encaminhar os expedientes relativos às instruções dos processos pertinentes à outorga de títulos de direitos minerários;

XVII - preparar os originais dos títulos minerários para assinatura das autoridades competentes;

XVIII - providenciar a publicação dos atos do Distrito;

XIX - prestar informações ao usuário, indicando o andamento do processo;

XX - receber, numerar, registrar, distribuir, expedir e controlar a correspondência oficial e demais papéis relativos às atividades da Autarquia;

XXI - acompanhar a tramitação dos processos, de acordo com os despachos neles exarados ou por informações das unidades;

XXII - prestar informações aos interessados sobre a tramitação de documentos;

XXIII – manter arquivo corrente e permanente de documentos recebidos ou expedidos pela Autarquia e relacionar periodicamente os documentos a serem microfilmados;

XXIV - promover a inutilização dos documentos com prazos vencidos;

XXV - - propor a alienação ou incineração de documentos e outros papéis inutilizados;

XXVI - executar as atividades de expedição e recebimento de documentos diversos;

XXVII - expedir malotes;

XXVIII - controlar e cadastrar as entradas e saídas de processos e correspondências em geral;

XXIX - expedir e controlar as correspondências enviadas através da EBCT, como sedex, cartas e outros;

XXX - elaborar e propor sua programação técnico-orçamentária.

2 - A Seção de Geologia e Produção Mineral, compete:

I - executar, controlar, coordenar, assegurar e fiscalizar as atividades minerárias na forma do que dispõem o Código de Mineração, o Código de Aguas Minerais, seus respectivos Regulamentos, e as legislações que os complementam;

II - propor, coordenar e executar as atividades relacionadas aos trabalhos de geologia e exploração mineral, sistematizar e integrar os dados dos depósitos minerais, promovendo a elaboração de textos, cartas e mapas geológicos para divulgação;

III - fomentar as pesquisas geológicas, proteger, pesquisar e difundir a memória geológica, acompanhar os programas e execução de teses em colaboração com as instituições nacionais, internacionais de pesquisa e ensino, públicas ou privadas;

IV - controlar, assegurar e fiscalizar as atividades de pesquisa mineral, analisar planos e relatórios finais de pesquisa, realizar vistorias sistemáticas, autuar infratores e impor as sanções cabíveis na conformidade do disposto na legislação;

V - elaborar e manter atualizados os dados físicos referentes as pesquisas realizadas pelos titulares de direitos minerários;

VI - fiscalizar e proceder a averiguação de denúncias de dilapidação de recursos minerais, depósitos fossilíferos, apreendendo ou propondo a apreensão à autoridade competente, de beira e equipamentos utilizados e resultantes da atividade clandestina;

VII - fiscalizar e proceder a vistoria necessária ao reconhecimento de ocorrência de bens para efeito de Permissão de Lavra Garimpeira, Licenciamento ou outros regimes de aproveitamento que a legislação venha instituir ou modificar,

VIII - executar estudos e laudos técnicos com vistas ao estabelecimento de áreas de garimpagem.

IX - executar programas, projetos e trabalhos técnicos de interesse da mineração relacionados a geologia e pesquisa mineral.

X - praticar todos os atos necessários para o bom desempenho das atribuições que lhe forem cometidas, no cumprimento da legislação pertinente;

XI - exercer o controle e a fiscalização dos depósitos fossilíferos, bem como da exportação de dados e materiais geológicos, mineralógicos e paleontológicos conforme dispõe a legislação pertinente.

XII - exercer a fiscalização sobre o controle ambiental das atividades de mineração, atuando em articulação com os órgãos responsáveis pelo meio ambiente:

XIII - realizar vistorias, autuar infratores e impor as sanções cabíveis. na conformidade do disposto na legislação mineral e ambiental.

XIV - analisar e emitir parecer sobre requerimentos. relatórios, planos, projetos. trabalhos. consultas, denúncias e demais documentos protocolizados ou encaminhados ao Distrito, bem como instruir processos.

XV - executar projetos e trabalhos técnicos referentes a avaliação e controle de Impactos ambientais, monitoramento da qualidade dos recursos hídricos, do ar e do solo em regiões onde se desenvolvem atividades de mineração, bem como executar programas relacionados a reabilitação de áreas minerárias:

XVI - organizar e manter atualizado o cadastro ambiental na mineração a nível estadual;

XVII – programar, organizar e acompanhar as atividades de mineração para avaliação e controle de impactos ambientais;

	<p>XVIII - promover estudos e apoiar pesquisas que desenvolvam tecnologias de controle de impactos ambientais decorrentes das atividades de mineração. divulgando os resultados obtidos e orientando sua aplicação;</p> <p>XIX - desenvolver estudos ambientais direcionados ao estabelecimento de áreas específicas para o exercício das atividades garimpeiras, em forma individual ou associativa;</p> <p>XX - fiscalizar o controle ambiental na mineração;</p> <p>XXI - analisar e emitir parecer técnico sobre requerimentos. relatórios. planos, projetos, trabalhos, consultas, denúncias e demais documentos protocolizados ou encaminhados ao Distrito, bem como praticar todos os demais atos necessários a instrução de processos:</p> <p>XXII - fiscalizar a lavra e o beneficiamento, bem como a higiene e a segurança das atividades de mineração, atuando em articulação com os órgãos regionais responsáveis pela higiene, segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores;</p> <p>XXIII - realizar vistorias, autuar infratores e impor as sanções cabíveis, na conformidade do disposto na legislação minerária;</p> <p>XXIV - executar programas, projetos e trabalhos técnicos de Interesse da mineração relacionados a lavra, segurança e beneficiamento mineral:</p> <p>XXV -- fiscalizar a execução de projetos e serviços contratados pela Autarquia a nível regional.</p> <p>XXVI - participar de programas de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos.</p> <p>XXVII - manter atualizado o cadastro de minas, a nível regional, alimentando-o com dados técnicos;</p> <p>XXVIII - exercer o controle e a fiscalização da lavra, segurança, higiene e beneficiamento da atividade garimpeira;</p> <p>XXIX - promover a divulgação de novos regulamentos e normas de mineração, orientando o usuário na sua aplicação;</p> <p>XXX - executar programas e projetos de assistência técnica e tecnológica de de apoio à pequena e média empresa de mineração do Estado:</p> <p>XXXI - elaborar e propor sua programação técnico-orçamentária.</p> <p>3 - A Seção de Economia Mineral compete:</p> <p>I - realizar levantamento de dados estatísticos e estudos específicos sobre economia mineral em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Divisão de Economia Mineral:</p> <p>II - acompanhar, analisar e divulgar o desempenho do setor mineral do Estado, mantendo os serviços de estatísticas da produção e comércio de bens minerais,</p> <p>III - analisar os dados econômicos dos relatórios anuais da lavra. Coletar e processar suas informações estatísticas;</p> <p>IV - participar da análise do Plano de Aproveitamento Econômico (PAE) em conjunto com as seções técnicas afins:</p> <p>V - articular os mecanismos regionais de coleta, de informações de dados. de modo a otimizar os fluxos de informações;</p> <p>VI - acompanhar e estudar a legislação tributária e a compensação financeira pela exploração de recursos minerais; -</p> <p>VII - fiscalizar e processar os documentos referentes à arrecadação da compensação financeira pela exploração dos recursos minerais, bem como orientar as empresas, municípios e Estado quanto a aplicação de sua legislação e emitir pareceres;</p> <p>VIII - acompanhar a evolução da arrecadação de tributos minerais sobre a produção e a comercialização de bens minerais, bem como da participação ou compensação financeira pala exploração de recursos minerais; -</p> <p>IX - fiscalizar o comércio, avaliar bens minerais e emitir os laudos necessários para aqueles destinados à exportação;</p> <p>X - elaborar e propor sua programação técnico-orçamentária.</p> <p>(...)</p>
	<p>CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS</p> <p>Art. 29. Os órgãos descentralizados ficam sujeitos à orientação técnica e normativa das Diretorias e da Procuradoria-Geral.</p>

3 PORTARIA MME Nº 385, DE 13 DE AGOSTO DE 2003 (DOU 14/08/2003) e PORTARIA MME Nº 16, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2004 (DOU 06/02/2004)

- Aprova o Regimento Interno do DNPM.

UNIDADE ORGANIZACIONAL
ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO DIRETOR-GERAL
Gabinete
Procuradoria Jurídica
ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES
DIRETORIA DE OUTORGA E CADASTRO MINEIRO
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS
25º DISTRITO NO ESTADO DE ALAGOAS, COM SEDE EM MACEIÓ
Chefe do Distrito (revogado pela Portaria MME 16/2004 - DOU 06/02/2004)
Seção de Apoio Administrativo (revogado pela Portaria MME 16/2004 - DOU 06/02/2004)
Seção de Recursos Humanos (revogado pela Portaria MME 16/2004 - DOU 06/02/2004)
Seção de Execução Orçamentária e Financeira (revogado pela Portaria MME 16/2004 - DOU 06/02/2004)
Chefe do Distrito – DAS 101.2 (redação dada pela Portaria MME 16/2004 - DOU 06/02/2004)
Seção de Apoio Administrativo – FG-1 (redação dada pela Portaria MME 16/2004 - DOU 06/02/2004)

3.1 DNPM

UNIDADE ORGANIZACIONAL	DESCRIÇÃO
DNPM	<p>Art. 1º O Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tem como finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, na forma do que dispõem o Código de Mineração, o Código de Águas Minerais, os respectivos regulamentos e legislação que os complementam, competindo-lhe em especial:</p> <p>I - promover a outorga, ou propô-la à autoridade competente, quando for o caso, dos títulos minerários relativos à exploração e ao aproveitamento dos recursos minerais e expedir os demais atos referentes à execução da legislação minerária;</p>

	<p>II - coordenar, sistematizar e integrar os dados geológicos dos depósitos minerais, promovendo a elaboração de textos, cartas e mapas geológicos para divulgação;</p> <p>III - acompanhar, analisar e divulgar o desempenho da economia mineral brasileira e internacional, mantendo serviços de estatística da produção e do comércio de bens minerais;</p> <p>IV - formular e propor diretrizes para a orientação da política mineral;</p> <p>V - fomentar a produção mineral e estimular o uso racional e eficiente dos recursos minerais;</p> <p>VI - fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização dos bens minerais, podendo realizar vistorias, autuar infratores e impor as sanções cabíveis, na conformidade do disposto na legislação minerária;</p> <p>VII - baixar normas, em caráter complementar, e exercer a fiscalização sobre o controle ambiental, a higiene e a segurança das atividades de mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente e pela higiene, segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores;</p> <p>VIII - implantar e gerenciar bancos de dados para subsidiar as ações de política mineral necessárias ao planejamento governamental;</p> <p>IX - baixar normas e exercer fiscalização sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal;</p> <p>X - fomentar a pequena empresa de mineração;</p> <p>XI - estabelecer as áreas e as condições para o exercício de garimpagem em forma individual ou associativa;</p> <p>XII - participar de organizações nacionais e internacionais de caráter técnico e científico na área da sua competência; e</p> <p>XIII - assegurar permanentemente a qualidade do serviço público no âmbito da sua competência e na forma da vigente legislação específica.</p>
ESTRUTURA	<p>CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</p> <p>Art. 2º O Departamento Nacional de Produção Mineral tem a seguinte Estrutura Organizacional:</p> <p>I - ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO DIRETOR-GERAL:</p> <p>a) Gabinete; e</p> <p>b) Procuradoria Jurídica;</p> <p>II - ÓRGÃOS SECCIONAIS:</p> <p>a) Auditoria Interna;</p> <p>b) Diretoria de Administração Geral; e</p> <p>c) Diretoria de Planejamento e Arrecadação;</p> <p>III - ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES:</p> <p>a) Diretoria de Outorga e Cadastro Mineiro;</p> <p>b) Diretoria de Fiscalização; e</p> <p>c) Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral;</p> <p>IV - ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS:</p> <p>(...)</p> <p>25º Distrito no Estado de Alagoas, com sede em Maceió.</p>

3.2 DIRETOR-GERAL e DEMAIS GESTORES

DIRETOR-GERAL	<p>CAPÍTULO IV - DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES</p> <p>Art. 17. Ao Diretor-Geral incumbe:</p>
----------------------	--

	<p>I - administrar o DNPM, praticar todos os atos de gestão, operacional, orçamentária, financeira, contábil, de patrimônio, de material, de serviços gerais e de recursos humanos, na forma da legislação em vigor;</p> <p>II - representar o DNPM em juízo ou fora dele;</p> <p>III - supervisionar e coordenar as atividades dos Órgãos integrantes da estrutura regimental do DNPM;</p> <p>IV - avocar, para decisão ou revisão, assuntos inerentes aos Órgãos integrantes da estrutura regimental do DNPM, sem prejuízo da continuidade do exercício pelos mesmos órgãos das atribuições nelas previstas;</p> <p>V - firmar, como representante legal do DNPM, contratos, convênios, acordos, ajustes e outros atos negociais similares;</p> <p>VI - delegar quaisquer de suas atribuições, salvo aquelas que, por sua própria natureza ou por vedação legal, só possam ser por ele implementadas privativamente;</p> <p>VII - zelar pelo desenvolvimento, legitimidade e credibilidade interna e externa do DNPM; e</p> <p>VIII - praticar todos os atos de gestão previstos no Código de Mineração, Código de Águas e na legislação correlata;</p> <p>IX - propor políticas e deliberar sobre os planos, programas e projetos da Autarquia;</p> <p>X - determinar a instauração de inquéritos conforme as normas e legislação pertinente;</p> <p>XI - baixar portarias e emitir instruções normativas, circulares e outros instrumentos, referente a atos de sua competência;</p> <p>XII - elaborar, implantar e executar ações de melhorias contínuas, envolvendo o programa de qualidade do serviço público; e</p> <p>XIII - assegurar a manutenção e operação da infra-estrutura de escritórios regionais, centros de controle, centros de pesquisa, laboratórios e museus.</p> <p>Art. 18. Ao Diretor-Geral Adjunto incumbe:</p> <p>I - assessorar o Diretor-Geral na administração do DNPM, no que se refere à formulação, complementação e execução dos assuntos específicos do órgão e, especialmente, à supervisão e coordenação das atividades afetas aos sistemas federais de gestão dos processos administrativos;</p> <p>II - substituir o Diretor-Geral em suas faltas e impedimentos legais; e</p> <p>III - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas.</p>
DIRETORES	<p>Art. 21. Aos Diretores incumbe:</p> <p>I - assessorar o Diretor-Geral no exercício de suas atribuições;</p> <p>II - dirigir, coordenar e fiscalizar as atividades técnicas e administrativas exercidas nas áreas de suas competências;</p> <p>III - coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes às respectivas Diretorias;</p> <p>IV - orientar, supervisionar e fiscalizar as atividades técnico-científicas e administrativas dos Órgãos descentralizadas, no que lhes couber;</p> <p>V - promover a interação entre os Órgãos do DNPM e entidades públicas ou privadas que mantenham atividades de interesse da Autarquia;</p> <p>VI - realizar diligências e propor a abertura de sindicância e inquérito administrativos, quando necessário;</p> <p>VII - indicar, dentre seus subordinados, aquele que deverá substituí-lo em suas faltas e impedimentos legais ou regulamentares;</p> <p>VIII - indicar ao Diretor-Geral os nomes dos servidores para provimento de cargos e funções em comissão existentes nas suas áreas de competência;</p> <p>IX - solicitar a realização de despesas à conta do orçamento alocado às atividades sob suas responsabilidades; e</p> <p>X - representar a Autarquia por delegação expressa do Diretor-Geral.</p> <p>(...)</p>

3.3 ÁREAS FINALÍSTICAS

DIRETORIA DE OUTORA E CADASTRO MINEIRO	Seção III - Dos Órgãos Específicos Singulares
---	--

	<p>Art. 8º À Diretoria de Outorga e Cadastro Mineiro compete planejar, dirigir, orientar, coordenar e executar, em articulação com os Distritos e as demais Diretorias, as atividades relacionadas à outorga de títulos minerários de exploração e aproveitamento de recursos minerais, bem como registrar, acompanhar e assegurar os direitos de concessões, pesquisa e lavra de recursos hídricos e minerais do País, mantendo os registros legais, cabendo-lhe ainda:</p> <p>I - coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à outorga, desde a recepção dos dados, informações e documentação dos requerentes no protocolo até a proposição e emissão dos respectivos títulos minerários;</p> <p>II - promover a organização, padronização, segurança, manutenção e averbações dos registros físicos legais dos títulos minerários e emitir declarações e certidões;</p> <p>III - promover, viabilizar e executar ações que visem harmonizar o exercício da outorga de títulos minerários com os interesses sociais ou ambientais em áreas afetadas por essas restrições, ou compatibilizá-la com direitos constituídos em áreas onde concorram atividades econômicas outras, dependentes ou não de autorização, concessão ou licenciamento governamental;</p> <p>IV - acompanhar e divulgar a legislação vigente, no que diz respeito aos direitos minerários, orientando e diligenciando a sua aplicação no DNPM, propondo as necessárias atualizações;</p> <p>V - planejar, coordenar, orientar, supervisionar e executar as atividades relacionadas ao Cadastro Mineiro e à manutenção de informações em bancos de dados, relativos aos títulos minerários, promovendo sua modernização e racionalização;</p> <p>VI - promover a organização, padronização e manutenção das bases cartográficas digitais oficiais, utilizadas pelo DNPM, com suporte em sistemas de informações geográficas, para controle e atualização dos títulos minerários;</p> <p>VII - promover, viabilizar e executar, mediante termo de cooperação, o intercâmbio e o compartilhamento de dados e informações georreferenciadas entre instituições governamentais, não governamentais e privadas, resguardando os interesses do DNPM e dos concessionários;</p> <p>VIII - promover a organização, padronização e automação de procedimentos de outorga e publicação de títulos minerários e de relações de despachos na Imprensa Nacional;</p> <p>IX - analisar, instruir e propor o encaminhamento dos processos com áreas localizadas em faixa de fronteira ao Conselho de Defesa Nacional para assentimento prévio;</p> <p>X - propor e acompanhar a capacitação dos servidores em áreas de atuação da Outorga e Cadastro Mineiro;</p> <p>XI - elaborar, propor e divulgar normas, rotinas, manuais de serviço e procedimentos operacionais, visando o aprimoramento da Outorga e do Cadastro Mineiro;</p> <p>XII - coordenar o atendimento ao público na sala de audiência do DNPM; e</p> <p>XIII - propor a realização de acordos e convênios de cooperação técnica no âmbito de sua competência.</p>
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO	<p>Art. 9º À Diretoria de Fiscalização compete planejar, dirigir, orientar, coordenar, regular e executar, em articulação com os Distritos e as demais Diretorias, as atividades relacionadas à fiscalização da atividade mineral, à edição de normas reguladoras e operacionais, bem como à segurança e ao controle ambiental na mineração, interagindo com os órgãos governamentais envolvidos, a fim de atuar de forma harmônica com as políticas públicas e diretrizes do Governo Federal para o setor, cabendo-lhe ainda:</p> <p>I - elaborar e propor regulamentos, normas e instruções referentes à fiscalização da pesquisa mineral, lavra e controle ambiental e, em caráter suplementar, normas referentes à segurança e higiene das atividades de mineração;</p> <p>II - propor estudos e elaborar programas, projetos e trabalhos técnicos necessários ao aperfeiçoamento da ação fiscalizadora em articulação com os Órgãos do DNPM;</p> <p>III - coordenar, supervisionar e orientar o acompanhamento dos trabalhos de fiscalização da pesquisa, lavra, segurança e controle ambiental da atividade de mineração;</p> <p>IV - coordenar e supervisionar as ações referentes à fiscalização e aos procedimentos técnicos e administrativos relacionados à análise, aprovação e acompanhamento de relatórios, planos e projetos de apresentação obrigatória ao DNPM;</p> <p>V - coordenar e realizar a classificação de águas minerais e potáveis de mesa em conformidade com a legislação vigente;</p> <p>VI - definir juntamente com os Órgãos do DNPM a uniformização de termos, símbolos, convenções e formas de apresentação dos relatórios de pesquisa mineral, planos, projetos, mapas e plantas pertinentes;</p>

	<p>VII - coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à fiscalização dos depósitos fossilíferos;</p> <p>VIII - elaborar e propor programas e ações a serem desenvolvidos em articulação com os órgãos responsáveis pelo meio ambiente, segurança, higiene e saúde ocupacional dos trabalhadores;</p> <p>IX - propor a realização de acordos e convênios de cooperação técnica no âmbito de sua competência;</p> <p>X - propor, organizar e coordenar câmaras técnicas, comissões, e grupos de trabalho objetivando o aperfeiçoamento de ação normativa e fiscalizadora do DNPM;</p> <p>XI - propor e acompanhar a capacitação dos servidores em áreas de atuação da fiscalização;</p> <p>XII - propor a representação do DNPM junto a instituições que tratem de assuntos relacionados à regulamentação e à fiscalização da mineração; e</p> <p>XIII - Promover ações de acompanhamento, apoio técnico e avaliação de desempenho no âmbito das unidades descentralizadas, bem como acompanhar a execução orçamentária das ações de competência da diretoria de fiscalização.</p>
--	--

3.4 ÓRGÃO DESCENTRALIZADO / DISTRITO DE ALAGOAS

ÓRGÃO DESCENTRALIZADO / DISTRITO DE ALAGOAS	<p>CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</p> <p>Art. 2º O Departamento Nacional de Produção Mineral tem a seguinte Estrutura Organizacional: (...)</p> <p>IV - ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS: (...)</p> <p>"§ 4º Os Distritos tipo III, nos Estados de Alagoas, Roraima, Maranhão, Piauí, Sergipe e Amapá, terão a seguinte Estrutura Organizacional:</p> <p>I - Chefe do Distrito - DAS 101.2;</p> <p>II - Seção de Apoio Administrativo - FG-1;</p> <p>III - Seção de Recursos Humanos - FG-1; e</p> <p>IV - Seção de Execução Orçamentária e Financeira - FG-1." (Revogado pela Portaria MME nº 16, de 05.02.2004, DOU 06.02.2004).</p> <p>§ 4º Os Distritos tipo III, nos Estados de Alagoas, Roraima, Maranhão, Piauí, Sergipe e Amapá, terão a seguinte Estrutura Organizacional:</p> <p>I - Chefe do Distrito - DAS 101.2;</p> <p>II - Seção de Apoio Administrativo - FG-1. (Redação dada ao parágrafo pela Portaria MME nº 16, de 05.02.2004, DOU 06.02.2004)</p> <p>Parágrafo único. As Seções de Apoio Administrativo previstas no §§ 3º e 4º do presente artigo acumulam as competências previstas nos arts. 15 e 16 desta portaria. (NR) (Parágrafo acrescentado pela Portaria MME nº 16, de 05.02.2004, DOU 06.02.2004)</p> <p>(...)</p> <p>Seção IV - Dos Órgãos Descentralizados</p> <p>Art. 11. Aos Distritos compete executar as atividades finalísticas do DNPM, assegurando, controlando e fiscalizando o exercício das atividades de mineração na sua área de jurisdição, na forma estabelecida no Código de Mineração, no Código de Águas Minerais, nos respectivos regulamentos e na legislação que os complementa, cabendo-lhes ainda:</p> <p>(...)</p> <p>II - Na área de fiscalização:</p> <p>a) executar, controlar, coordenar, assegurar e fiscalizar as atividades minerárias na forma em que dispõe o Código de Mineração, o Código de Águas Minerais, seus respectivos Regulamentos e as legislações que os complementam;</p> <p>b) analisar relatórios, planos de aproveitamento econômico e documentos técnicos de pesquisa e lavra, realizar vistorias sistemáticas, autuar infratores e impor as sanções cabíveis na conformidade do disposto na legislação;</p> <p>c) averiguar denúncias de realização de lavra clandestina de recursos minerais e dilapidação de depósitos fossilíferos, realizando a apreensão de bens e equipamentos utilizados e resultantes da atividade irregular;</p>
--	--

	<p>d) exercer o controle e a fiscalização dos depósitos fossilíferos; e</p> <p>e) exercer a fiscalização sobre o controle ambiental, higiene e segurança das atividades de mineração, atuando em articulação com os órgãos responsáveis;</p> <p>III - Na área de desenvolvimento e economia mineral:</p> <p>a) propor e executar as atividades relacionadas aos trabalhos de geologia e exploração mineral, sistematizar e integrar os dados dos depósitos minerais, promovendo a elaboração de textos cartas e mapas geológicos para divulgação;</p> <p>(...)</p> <p>CAPÍTULO IV - DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES</p> <p>Art. 22. Aos Chefes de Distritos incumbe:</p> <p>I - representar a Autarquia no seu relacionamento oficial com entidades públicas e privadas, localizadas em sua área de jurisdição;</p> <p>II - emitir pareceres sobre assuntos pertinentes ao Distrito;</p> <p>III - elaborar e submeter ao Diretor-Geral, relatórios das atividades executadas pelo Distrito;</p> <p>IV - alocar os servidores em exercício no Distrito e promover a adequada distribuição dos trabalhos; e</p> <p>V - praticar atos de administração necessários à execução das tarefas.</p> <p>Art. 23. Aos Chefes de Serviços e Seções, incumbe:</p> <p>I - orientar, dirigir e fiscalizar as atividades exercidas por seus subordinados;</p> <p>II - implementar e executar as ações estabelecidas em convênios;</p> <p>III - cumprir e fiscalizar o exercício das normas específicas; e</p> <p>IV - praticar os demais atos que se fizerem necessários à implementação das atividades que lhes são subordinadas.</p>
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	<p>CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS</p> <p>Art. 24. Os Órgãos descentralizados ficam subordinados às orientações técnicas e normativas das Diretorias e da Procuradoria-Geral quando aprovadas pelo Diretor-Geral.</p>

4 PORTARIA Nº 435, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2003 (Boletim Interno DNPM nº04 14/11/2003)

- Aprova a Norma de Gestão Operacional (NGO) do DNPM.

UNIDADE ORGANIZACIONAL
ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO DIRETOR-GERAL
Gabinete
Procuradoria Jurídica
ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

DIRETORIA DE OUTORGA E CADASTRO MINEIRO
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA MINERAL
ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS
25º DISTRITO NO ESTADO DE ALAGOAS, COM SEDE EM MACEIÓ
Chefe do Distrito (revogado pela Portaria MME 16/2004 - DOU 06/02/2004)
Seção de Apoio Administrativo (revogado pela Portaria MME 16/2004 - DOU 06/02/2004)
Seção de Recursos Humanos (revogado pela Portaria MME 16/2004 - DOU 06/02/2004)
Seção de Execução Orçamentária e Financeira (revogado pela Portaria MME 16/2004 - DOU 06/02/2004)
Chefe do Distrito – DAS 101.2 (redação dada pela Portaria MME 16/2004 - DOU 06/02/2004)
Seção de Apoio Administrativo – FG-1 (redação dada pela Portaria MME 16/2004 - DOU 06/02/2004)

4.1 DNPM

UNIDADE ORGANIZACIONAL	DESCRIÇÃO
DNPM	<p>O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL-DNPM, no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 14 do Decreto nº 4.640, de 21 de março de 2003, considerando que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a nova estrutura regimental, aprovada pelo Decreto nº 4.640/2003, restringiu a quantidade de cargos comissionados de Direção e Assessoramento Superior - DAS; - o Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 385, de 13 de agosto de 2003, não detalhou a estrutura organizacional do DNPM, delegando essa competência ao Diretor-Geral; - os Distritos do DNPM têm demandas específicas, o que lhes confere diferentes graus de responsabilidades, de complexidade e de dificuldade, conforme previsto na sua estrutura regimental; - as quantidades de FCT's destinadas ao DNPM pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão são insuficientes para atender as necessidades da Autarquia, não permitindo uma distribuição uniforme entre todas as Unidades; - os postos de trabalho, identificados para fins de solicitação das FCT's junto ao MPOG, não foram observados quando das alocações no DNPM; - as FCT's foram alocadas no DNPM em três repasses, em quantidades de 150, 120 e 102 respectivamente, totalizando 372 FCT's, as quais foram designadas aos seus servidores em três momentos distintos, no período de nove meses; - as designações de FCT's no DNPM foram efetuadas sem a observância de critérios e atribuições para cada posto de trabalho, não havendo, consequentemente, a divulgação prevista no Decreto nº 3.642/2000; - a inexistência de critérios e procedimentos para designação dos atuais ocupantes impossibilita a avaliação de desempenho dos servidores; - a necessidade de adequação na distribuição das FCT's as atribuições dos postos de trabalho, no interesse da administração pública; - as FCT's devem ser utilizadas como instrumento de gestão da Autarquia, com base em critérios, atribuições e procedimentos estabelecidos em norma de gestão operacional, resolve:

	<p>Art. 1º. Aprovar a Norma de Gestão Operacional - NGO do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, com fundamento no Decreto Nº 3.642, de 25 de outubro de 2000 e no artigo 25 da Portaria Ministerial Nº 385, de 13 de agosto de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 14 de agosto de 2003 na forma dos Anexos I e II desta Portaria.</p> <p>(...)</p> <p>ANEXO I - NORMA DE GESTÃO OPERACIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL</p> <p>CAPÍTULO I - DA NATUREZA E DAS ESTRUTURAS</p> <p>Art. 1º O Departamento Nacional de Produção Mineral -DNPM, autarquia federal, criada pela Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com personalidade jurídica de direito público, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, em todo o Território Nacional, é dotado de uma estrutura regimental, de caráter organizacional, assentada em cargos de direção e assessoramento superior - DAS e funções gratificadas - FG, aprovada pelo Decreto nº 4.640, de 21 de março de 2003, e de uma estrutura operacional complementar, definida por postos de trabalho com suporte em Funções Comissionadas Técnicas - FCT's, de caráter técnico gestor.</p>
ESTRUTURA	<p>CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</p> <p>Art. 2º O Departamento Nacional de Produção Mineral tem a seguinte estrutura interna, de caráter organizacional:</p> <p>I - Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Diretor-Geral:</p> <p>a) Gabinete; e</p> <p>b) Procuradoria Jurídica;</p> <p>II - Órgãos Seccionais:</p> <p>a) Auditoria Interna;</p> <p>b) Diretoria de Administração Geral; e</p> <p>c) Diretoria de Planejamento e Arrecadação;</p> <p>III - Órgãos Específicos Singulares:</p> <p>a) Diretoria de Outorga e Cadastro Mineiro;</p> <p>b) Diretoria de Fiscalização; e</p> <p>c) Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral;</p> <p>IV - Órgãos Descentralizados:</p> <p>(...)</p> <p>25º Distrito no Estado de Alagoas, com sede em Maceió;</p>

4.2 DIRETOR-GERAL e DEMAIS GESTORES

DIRETOR-GERAL	Sem referência.
DIRETORES	Sem referência.

4.3 ÁREAS FINALÍSTICAS

DIRETORIA DE OUTORGA E CADASTRO MINEIRO	<p>Seção II - Dos Órgãos Específicos Singulares</p> <p>Art. 7º. A Diretoria de Outorga e Cadastro Mineiro se estrutura em termos operacionais da seguinte forma:</p>
--	--

I - Grupo de Outorga, com competência para coordenar, supervisionar, orientar, opinar e decidir sobre, as atividades relacionadas à Outorga de Títulos minerários de exploração e aproveitamento de recursos minerais, é organizado com base nas seguintes estruturas operacionais:

a) Célula de Audiência, a quem compete:

1. coordenar o atendimento ao público na sala de audiência do DNPM e prestar informações aos usuários no tocante aos Processos de outorga de títulos minerários;
2. promover ações direcionadas ao melhor atendimento ao usuário, no que tange a legislação mineraria e correlativa;
3. conceder vistas a processos e informações disponíveis na Autarquia.

b) Célula de Cessão de Direitos e Registro, a quem compete:

1. efetuar os estudos relativos à cessões ou transferências de direitos e arrendamentos dos direitos minerários, Análise e atas, incorporações, cisões, fusões, cauções, penhoras e financiamentos, bem como, o registro de empresas de mineração;
2. promover a organização, padronização, segurança, manutenção e averbações dos registros físicos legais dos títulos minerários e emitir declarações e certidões.

c) Equipe de Análise Técnica, a quem compete:

1. supervisionar as atividades relacionadas a outorga, desde a recepção dos dados, informações e documentações dos requerentes no protocolo até a proposição e emissão dos respectivos títulos minerários

c.1) Turma de Análise Processual, a quem compete:

1. promover, viabilizar e executar ações que visem harmonizar o exercício da outorga de títulos minerários com os interesses sociais ou ambientais em áreas afetadas por essas restrições, ou compatibilizá-la com direitos constituídos em áreas onde concorram atividades econômicas outras, dependentes ou não de autorização, concessão ou licenciamento governamental;
2. analisar instruir e propor o encaminhamento dos processos com áreas localizadas em faixa de fronteira ao Conselho de Defesa Nacional para assentimento prévio e em áreas especiais;
3. propor e acompanhar a capacitação dos servidores da Diretoria;
4. acompanhar, elaborar, propor e divulgar norma, rotina, manuais de serviços e procedimentos operacionais;
5. propor o estudo de caducidade de títulos minerários.

c.2) Turma de Pesquisa, a quem compete:

1. verificação da perfeita instrução das proposições de outorga e renovações de títulos minerários oriundas dos Distritos;
2. verificação da instrução das proposições de disponibilidade de áreas;
3. elaboração de pareceres técnicos e notas informativas.

c.3) Turma de Lavra, a quem compete:

1. verificar a perfeita instrução das proposições de outorga de títulos minerários oriundas dos Distritos;
2. instruir a tramitação dos processos minerários com emissão de pareceres e despachos, objetivando outorga de lavra.

c.4) Turma de Disponibilidade, a quem compete:

	<p>1) verificação da perfeita instrução das proposições, visando a disponibilização de áreas, na fase de requerimento ou concessão de lavra, por meio de editais público, com base nos artigos 32 e 65 do C.M.</p> <p>II - Grupo de Cadastro Mineiro, com competência para coordenar, supervisionar, orientar, opinar e decidir sobre, as atividades relacionadas ao Cadastro Mineiro e à manutenção de informações em banco de dados, relativas aos títulos minerários, é organizado com base nas seguintes estruturas operacionais:</p> <p>a) Equipe de Geoprocessamento, com competência para:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. planejar, coordenar, orientar, supervisionar e executar as atividades relacionadas ao cadastro mineiro, promovendo sua modernização e racionalização; 2. promover a organização, padronização e manutenção das bases cartográficas digitais oficiais, utilizadas pelo DNPM, com suporte em sistemas de informações geográficas, para controle e atualização dos títulos minerários; 3. promover, viabilizar e executar, mediante termo de cooperação ou intercâmbio o compartilhamento de dados e informações georreferenciadas entre instituições governamentais, não governamentais e privadas, resguardando os interesses do DNPM e dos concessionários. <p>a.1) Célula de Controle de Áreas, a quem compete:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. verificar a perfeita locação de áreas oneradas, realizado pelo Controle de Áreas dos Distritos, visando a emissão de títulos minerários; 2. elaboração de minutas de Portarias de Lavra, retificações de cessões parciais de alvará de pesquisa, retificações de relatórios finais de pesquisa e lavra, desmembramento e englobamento de Portaria de Lavra. <p>a.2) Célula de Publicação, a quem compete:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. promover a organização, padronização e automação de procedimentos de outorga e publicação de títulos minerários e de relações de despachos na Imprensa Nacional. <p>a.3) Célula de Alimentação de Dados, a quem compete:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. controlar, normatizar, padronizar, unificar e orientar as atividades relacionadas à alimentação do banco de dados do cadastro mineiro e a sua transmissão entre a Sede e os Distritos.
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO	<p>Art. 8º. A Diretoria de Fiscalização se estrutura em termos operacionais da seguinte forma:</p> <p>I - Turma de Controle e Análise Processual, com competência para receber, analisar e controlar os processos enviados à Diretoria de Fiscalização Mineral, pelos Distritos Regionais do DNPM, visando a Aprovação de Relatórios Finais de Pesquisa e Relatórios de Reavaliação de Reservas, Sobrestamento, Aditamento de Substância Mineral, Suspensão dos Trabalhos de Lavra, Renúncia à Portaria de Lavra e Constituição de Grupamento Mineiro, apoiar e orientar a coleta de dados dos Relatórios de Pesquisa e providenciar expedição de documentos para Aprovação dos Relatórios.</p> <p>II - Equipe de Normas e Técnicas de Mineração, com competência para:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. propor e coordenar a elaboração de normas, manuais e instruções referentes à pesquisa mineral, lavra e beneficiamento e propor sua revisão; 2. propor e coordenar, em caráter suplementar, a elaboração de normas, manuais e instruções relativas à segurança, higiene e controle ambiental na mineração, em articulação com os órgãos responsáveis pela segurança e saúde do trabalhador e propor sua revisão; 3. coordenar a avaliação do desempenho da aplicação das normas, manuais e instruções, e propor as revisões necessárias em articulação com o grupo de fiscalização. 4. propor e coordenar os programas, projetos e trabalhos técnicos na área de normatização na mineração; 5. propor e coordenar a elaboração de propostas de revisão de atos normativos do DNPM, bem como da legislação minerária; 6. indicar e coordenar as atividades de grupos de trabalho, câmaras técnicas, comissões, comitês, que desenvolvam trabalhos de apoio à normatização na mineração;

7. indicar e coordenar a representação do DNPM junto a conselhos, câmaras técnicas, comissões, comitês, grupos de trabalho, além de outros, subordinados a outras instituições governamentais e privadas, que desenvolvam atividades relacionadas à normatização na mineração ou trabalhos correlatos;
8. propor e coordenar convênios e programas de cooperação técnica nacional e internacional direcionados ao aperfeiçoamento da normatização da atividade minerária;
9. propor e coordenar a elaboração de estudos, projetos e programas relacionados as técnicas de mineração, e se estrutura da seguinte forma:

a) Célula de Normas de Mineração, com competência para:

1. editar e promover a divulgação de normas, manuais e instruções relacionadas à pesquisa, lavra e beneficiamento, bem como à segurança, higiene e controle ambiental na mineração;
2. executar os programas, projetos e trabalhos técnicos na área de normatização na mineração;
3. executar os trabalhos de revisão de atos normativos do DNPM, bem como da legislação minerária;
4. acompanhar e avaliar a implantação de normas, manuais e instruções relacionadas à normatização da atividade minerária, esclarecendo e orientando sua aplicação e executar as revisões necessárias;
5. implementar as ações necessárias à realização das atividades de grupos de trabalho, câmaras técnicas, comissões, comitês, além de outros, relacionado à normatização na mineração, no âmbito do DNPM;
6. representar o DNPM junto a conselhos, câmaras técnicas, comissões, comitês, grupos — de trabalho, além de outros, subordinados a outras instituições governamentais e privadas, relacionados à normatização na mineração.

b) Turma de Técnicas de Mineração, com competência para:

1. acompanhar e orientar a execução de estudos, projetos e programas relacionados à implementação de técnicas de mineração;
2. organizar, manter e disseminar bancos de dados com informações da área de normatização, técnicas de mineração e assuntos correlatos;
3. organizar, propor e coordenar debates, reuniões, cursos, seminários e demais modalidades de capacitação e treinamento na área de normatização e técnicas de mineração;
4. acompanhar a execução de convênios, termos e acordos de cooperação técnica, de interesse da DIFIS, em articulação com os Distritos e demais Diretorias, atualizando os dados e informações pertinentes de forma consolidada;

III - Grupo de Fiscalização da Pesquisa e Águas Minerais, com competência para:

1. coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à fiscalização nos Distritos do DNPM, propondo roteiros de Fiscalização e vistoria, coibindo a mineração ilegal;
2. coordenar e supervisionar as atividades relacionadas ao acompanhamento dos trabalhos de pesquisa e colaborar na Análise e avaliação técnica dos respectivos relatórios finais;
3. coordenar as ações de avaliação da aplicação dos instrumentos de Fiscalização da pesquisa e seus procedimentos, coordenar a elaboração dos índices de desempenho da fiscalização, coordenar os levantamentos de pendências da Fiscalização da pesquisa nos Distritos, propor a realização de treinamento e programas que visem o aperfeiçoamento do processo fiscalizatório e coordenar, desenvolver, implementar e gerenciar o programa de informatização da Fiscalização da pesquisa;
4. coordenar e supervisionar as atividades relacionadas ao levantamento, monitoramento e Fiscalização dos depósitos fossilíferos, sítios geológicos, espeleológicos, paleobiológicos e outros geotopos;
5. realizar estudos das condições de exploração e exploração das fontes, surgências e poços de águas minerais e potáveis de mesa, em áreas críticas, na definição de modelos de exploração de aquíferos. Determinar e supervisionar o monitoramento, controle e disciplinamento do uso dessas águas, quando necessário;

6. apoiar instruir e orientar a coleta de dados dos relatórios de pesquisa mineral no sentido de sistematizar e integrar esses dados;
7. organizar, manter e disseminar bancos de dados com informações da 4ª área de sua competência, visando a identificação, nomeação e descrição dos principais projetos de pesquisa mineral e o acompanhamento dos investimentos nesta área;
8. desenvolver Sistemas de Informação Georeferenciadas em consonância com outras áreas do DNPM, inclusive com os Distritos, para auxiliar no desenvolvimento dos roteiros de Fiscalização, conhecimento e controle dos domínios das mineralizações;
9. definir, juntamente com os Distritos a uniformização de termos, símbolos, convenções e formas de apresentação dos relatórios finais de pesquisa mineral e de mapas pertinentes;
10. coordenar e supervisionar as atividades operacionais e de Fiscalização bem como as Análises técnicas, visando a instrução processual e a outorga de títulos;
11. colaborar com as atividades de Fiscalização do controle ambiental na Mineração nos Distritos do DNPM, em articulação com as demais unidades da Diretoria;
12. coordenar e supervisionar a classificação das águas minerais;
13. coordenar e supervisionar as campanhas de fiscalização nas indústrias de águas minerais, e se estrutura operacionalmente da seguinte forma:

a) Turma de Controle da Fiscalização da Pesquisa Mineral, com competência para:

1. execução de vistorias e Fiscalização de Relatórios Finais de Pesquisa junto as Unidades Regionais do DNPM;
2. elaboração de avaliação técnica em Relatórios finais de Pesquisa;
3. elaboração de parecer técnico em processos oriundos da fiscalização, quando solicitado, sugerindo procedimentos a serem adotados no âmbito da DIFIS;
4. execução de Análise fiscal processual em Relatórios Final de Pesquisa;
5. execução de Análise de Plano Final de Pesquisa;
6. atendimento ao público;

b) Turma de Controle da Fiscalização de Depósitos Fossilíferos, com competência para:

1. coordenar e supervisionar as atividades relacionadas ao levantamento, monitoramento e à Fiscalização dos depósitos fossilíferos, sítios geológicos, espeleológicos, paleobiológicos e outros geotopos;
2. coordenar e supervisionar ao preparo identificação e organização de coleções, amostras e espécimes;
3. supervisionar a organização de exposições;

c) Turma de Controle da Fiscalização de Águas Minerais, com competência para:

1. execução de vistorias e fiscalização de lavras de águas minerais;
2. elaboração de avaliação técnica em Relatórios Final de Pesquisa;
3. execução de análise fiscal processual em relatórios Final de Pesquisa;
4. execução da classificação de águas minerais a partir dos resultados dos estudos “in loco”;
5. Análise prévia de rótulos de águas minerais para aprovação;
6. elaboração de parecer técnico para aprovação de importação de água mineral;
7. coordenação, e alimentação dos Bancos de Dados SISON e SIGHIDRO;
8. conversão de dados para página da Internet;
9. atendimento ao público.

IV - Grupo de Fiscalização da Lavra, Segurança e Controle Ambiental na Mineração, com competência para:

1. coordenar e supervisionar a atuação dos Distritos na aplicação das normas reguladoras de mineração, bem como dos mecanismos e instruções referentes a fiscalização da lavra, segurança e impactos ambientais, e os procedimentos técnicos e administrativos relacionados a Análise, aprovação e acompanhamento de planos e projetos, de apresentação obrigatória à Autarquia;

2. coordenar as ações de avaliação da aplicação dos instrumentos de Fiscalização da lavra e seus procedimentos, coordenar a elaboração dos índices de desempenho da Fiscalização, coordenar os levantamentos de pendências da Fiscalização da lavra nos Distritos, propor a realização de treinamento e programas que visem o aperfeiçoamento do processo fiscalizatório e coordenar, desenvolver, implementar e gerenciar o programa de informatização da fiscalização da lavra;

3. estabelecer a harmonização e padronização da Fiscalização e das Análises técnicas nos Distritos;

4. elaborar estudos, projetos, programas e trabalhos técnicos na área da lavra, Segurança e controle ambiental, necessário ao aperfeiçoamento da ação fiscalizadora da mineração.

5. dimensionar e traçar diretrizes de Fiscalização nas áreas de conflitos urbanos, sociais, e ambientais, em consonância com as políticas públicas e prioridades governamentais;

6. planejar e estabelecer, em articulação com os Distritos, os programas e rotas de fiscalização, e supervisionar sua execução de acordo com os relatórios gerenciais;

7. organizar, manter e disseminar bancos de dados com informações oriundas da área de fiscalização da DIFIS e se estrutura operacionalmente da seguinte forma;

a) Equipe de Controle e Avaliação da Fiscalização da Lavra, com competência para:

1. coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à fiscalização nos Distritos do DNPM;

2. coordenar a fiscalização nas áreas de conflitos urbanos, sociais, e ambientais, em consonância com as políticas públicas e prioridades governamentais;

3. analisar e avaliar o conteúdo dos relatórios gerenciais elaborados pelos Distritos;

4. avaliar, diagnosticar as ações que visem a redução de passivos referentes ao processo fiscalizatório;

5. avaliar, diagnosticar as ações que visem a aperfeiçoar e agilizar o processo fiscalizatório;

6. propor programas para a instrumentalização e aperfeiçoamento do processo fiscalizatório;

7. elaborar o tratamento das informações sobre a fiscalização, prestadas pelos Distritos.

8. organizar, manter e disseminar bancos de dados com informações oriundas da área de fiscalização da DIFIS;

b) Turma de Apoio Técnico à Fiscalização, com competência para:

1. organizar, coordenar e executar ações com a finalidade de atender demandas pendentes nos Distritos do DNPM;

2. organizar, coordenar e executar apoio técnico às fiscalizações dos Distritos com deficiência de recursos humanos.

c) Célula de Programas Específicos de Regularização da Lavra, com competência para:

1. coordenar e executar em articulação com os Distritos campanhas de Fiscalização específicas em áreas de conflitos urbanos, sociais, e ambientais, em consonância com as políticas públicas e prioridades governamentais;

2. propor e elaborar programas e ações conjuntas com outros órgãos de Fiscalização para regularização da atividade minerária em Áreas de arranjos produtivos de interesse sócio-econômico ou de interesse governamental;

d) Equipe de Acompanhamento de Projetos de Segurança de Controle Ambiental na Mineração, com competência para:

3. propor e elaborar programas e trabalhos a serem desenvolvidos em articulação com os Órgãos responsáveis pelo controle ambiental, segurança, higiene e saúde ocupacional dos trabalhadores de forma a compatibilizar as ações de fiscalização dessas atividades na mineração;

	<p>4. implantar ações relativas à execução de programas direcionados ao controle dos impactos da atividade de mineração sobre o meio ambiente, em consonância com as políticas públicas e prioridades governamentais;</p> <p>5. coordenar e supervisionar as atividades relacionadas ao acompanhamento da implantação e desenvolvimento dos Programas de Gerenciamento de Riscos - PGR, Planos de Resgate e Salvamento e dos Planos de Controle de Impacto Ambiental na Mineração - PCIAM;</p> <p>6. Acompanhar os projetos e programas de segurança e controle ambiental em desenvolvimento relacionado à atividade minerária, especialmente aqueles em áreas de arranjos produtivos de interesse sócio-econômico ou de interesse governamental.</p>
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA MINERAL	<p>Art. 9º. A Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral se estrutura em termos operacionais da seguinte forma:</p> <p>I - Grupo de Economia Mineral, com competência para coordenar, orientar, opinar, executar e decidir sobre as atividades relacionadas às estatísticas e análises econômicas, incluindo estudos sobre produção, comércio, consumo, pregos, investimentos, tributos, CFEM (royalties) e outros aspectos relacionados ao setor mineral. Avaliar e apresentar subsídios à decisão superior sobre a importância da participação e desempenho do Brasil em acordos, associações e organizações internacionais de produtores e consumidores de bens minerais. Coordenar e assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades afins à Grupo juntos Distritos, é organizado com base nas seguintes estruturas operacionais:</p> <p>a) Equipe de Estatística Mineral, com competência para definir, organizar, manter e disseminar o sistema de informações estatísticas relativas ao setor mineral, supervisionar, controlar, acompanhar, sistematizar a consolidação em banco de dados e promover Análises dos relatórios anuais de lavra. Manter intercâmbio com entidades públicas e privadas, compatibilizando e consolidando informações estatísticas. Sistematizar os subsídios estatísticos minerais para a elaboração das publicações usuais da DIDEM (Anuário Mineral Brasileiro, Sumário Mineral etc.). e propor acordos e convênios de cooperação técnica no âmbito de sua competência.</p> <p>a.1) Célula de Estatística Mineral, com atribuições para executar as atividades de coleta, ordenamento, análise crítica, sistematização e consolidação das informações estatísticas em banco de dados e executar as demais atividades de suporte à Equipe e à Grupo.</p> <p>b) Equipe de Estudos e Análise Econômica Mineral, com competência para desenvolver estudos minero-econômicos em nível nacional e internacional. Acompanhar, analisar e avaliar os reflexos da tributação no desempenho do setor mineral. Analisar os pedidos de anuência e certificação de bens minerais para exportação e importação. Conduzir e priorizar estudos que objetivem o desenvolvimento da pequena e média empresa de mineração.</p> <p>b.1) Turma de Estudo e Análise Econômica Mineral, com atribuição da coleta, ordenamento, e apresentação de subsídios minero-econômicos para o desenvolvimento dos estudos de economia mineral. Executar as instruções sobre exportação e importação de bens minerais e demais atividades afins de suporte à Equipe e à Grupo.</p> <p>II - Grupo de Desenvolvimento e de Tecnologia Mineral, com competência para coordenar, orientar, opinar, executar a sistematização e integração de dados geológicos dos depósitos minerais e fossilíferos. Promover a difusão de tecnologias mineral e ambiental e a preservação e proteção da memória geológica; as condições de manutenção de banco de dados no âmbito de sua competência; assim como o fomento ao cooperativismo e associativismo mineral. Coordenar e assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades afins à Grupo juntos Distritos, é organizado com base nas seguintes estruturas operacionais:</p> <p>a) Equipe de Desenvolvimento e Tecnologia Mineral com competência para:</p> <p>1. desenvolver e promover a divulgação de estudos de tecnologia mineral e ambiental, na perspectiva do desenvolvimento sustentável da mineração de grande e pequena escala;</p> <p>2. apoiar a micro, pequena e média empresa de mineração;</p> <p>3. incentivar o desenvolvimento de arranjos produtivos minerais localizados, pelo fomento de organizações cooperativista e associativista;</p> <p>4. propor e articular parcerias interinstitucionais, visando a sinergia de ações relacionados ao desenvolvimento e difusão de tecnologia mineral e ambiental;</p>

	<p>5. propor, recepcionar e avaliar acordos e convênios de cooperação técnica</p> <p>6. assegurar as condições para manutenção da infraestrutura e de operação do Centro Nacional de Treinamento para o Controle da Poluição na Mineração - CECOPOMIN e do Laboratório de Análises Mercuriais - LAM.</p> <p>a.l) Turma de Desenvolvimento e Cooperativismo Mineral, com competência para executar estudos sobre tecnologia mineral e ambiental e promover o desenvolvimento dos arranjos produtivos minerais pelo cooperativismo e associativismo. Alimentar e ordenar o banco de dados e executar as demais atividades de suporte a Equipe e a Grupo.</p> <p>b) Equipe de Distrito Mineiro e Memória Geológica, com competência para:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. promover e divulgar estudos nas 4 áreas de geologia, paleontologia e hidrogeologia; 2. sistematizar e integrar o conhecimento geológico e hidrogeológico, gerando e divulgando textos, cartas e mapas de apoio básico à atividade minerária no domínio dos distritos mineiros; 3. propor e articular parceria interinstitucionais, visando a sinergia de ações relacionados ao desenvolvimento e difusão de estudos afins; 4. propor, recepcionar e avaliar acordos e convênios de cooperação técnica; 5. desenvolver sistemas de bancos de dados de informações sobre os recursos minerais, hidrominerais e paleontológicos; 6. coordenar e orientar a padronização e a uniformização de terminologias, simbologias e convenções para representação de mapas e cartas temáticas e relatórios técnicos dos depósitos minerais; 7. analisar os pedidos de aerolevantamento geofísicos de exploração mineral para subsídios a emissão de parecer ao Ministério da Defesa; 8. realizar estudos e ações visando conservar, proteger e difundir o acervo da memória geológica do país, em especial dos monumentos naturais, dos sítios geológicos, dos depósitos fossilíferos, dos museus de minerais e rochas e das litotecas; 9. assegurar as condições de manutenção da infraestrutura e de operação do Museu de Ciências da Terra - MCT e do Centro de Pesquisa Paleontológica da Chapada do Araripe - CPCA. <p>b.1) Célula de Distrito Mineiro e Memória Geológica, com competência para coletar e consolidar em banco de dados elementos de geologia e hidrogeologia, visando subsidiar o desenvolvimento sustentável da mineração, a conservação e a proteção da memória geológica e paleontológica nacional, e demais atividades afins de suporte à Equipe e à Grupo.</p>
--	--

4.4 ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS

ÓRGÃO DESCENTRALIZADO / DISTRITO DE ALAGOAS	<p>CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</p> <p>Art. 2º O Departamento Nacional de Produção Mineral tem a seguinte estrutura interna, de caráter organizacional: (...)</p> <p>§ 4º Os Distritos tipo III, nos Estados: Alagoas, Roraima, Maranhão, Piauí, Sergipe e Amapá têm a seguinte estrutura organizacional:</p> <p>I - Chefe do Distrito - DAS 101.2;</p> <p>II - Seção de Apoio Administrativo - FG-1;</p> <p>(...)</p> <p>CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA OPERACIONAL</p> <p>Art. 3º - O Departamento Nacional de Produção Mineral tem a seguinte estrutura Operacional dos postos de trabalho: (...)</p> <p>VII – DISTRITOS (...)</p>
--	--

- 25º DISTRITO - AL (Tipo III)

- Encarregado de Turma de Fiscalização- FCT 06
- Operador da Célula de Lavra, Segurança e Controle Ambiental na Mineração
- Operador da Célula de Pesquisa Mineral
- Operador da Célula de Arrecadação - FCT 10
- Encarregado de Turma de Outorga
- Operador da Célula de Protocolo - FCT 15
- Operador da Célula de Controle de Áreas

(...)

Seção III - Dos Órgãos Descentralizados

Art. 10º. Os Distritos se estruturam em termos operacionais da seguinte forma: (...)

III – Os Distritos tipo III, nos Estados: Alagoas, Roraima, Maranhão, Piauí, Sergipe e Amapá têm a seguinte estrutura operacional:

a) Turma de Outorga, com competência para:

1. executar as atividades relacionadas à outorga de Autorizações de Pesquisa, Concessões de Lavra, Permissão de Lavra Garimpeira, Registro de Licenciamento, Registro de Extração, constituição de Grupamentos Mineiros, Reconhecimento Geológico e Consórcio de Mineração;
2. examinar, controlar e instruir os processos de outorga de títulos minerários;
3. propor normas de orientação ao usuário;
4. proceder a juntada de documentos;
5. promover a anexação, apensação e desapensação de processos, fiscalizando e promovendo sua ordenação antes de sua distribuição;
6. acompanhar e divulgar a evolução da legislação minerária;
7. fiscalizar e processar os documentos referentes a taxa anual por hectare e ressarcimento com despesas de vistoria e outras atribuições que lhe forem cometidas.
8. efetuar as averbações dos registros de títulos minerários de sua competência e emitir certidões pertinentes;
9. analisar contratos de Cessão de Direitos Minerários e submeter à Diretoria de Outorga e Cadastro Mineiro para a publicação no Diário Oficial da União; e
10. encaminhar à Diretoria de Outorga e Cadastro Mineiro os atos de competência do Chefe de Distrito para publicação no Diário Oficial da União;

(...)

b) Turma de Fiscalização, com competência para executar, controlar, coordenar, assegurar e fiscalizar as atividades minerárias na forma em que dispõe o Código de Mineração, o Código de Águas Minerais, seus respectivos Regulamentos, e as legislações que os complementam, é organizada com base nas seguintes estruturas operacionais:

b.1) Célula de Pesquisa Mineral, com competência para:

1. propor, coordenar e executar as atividades relacionadas aos trabalhos de geologia e exploração mineral, sistematizar e integrar os dados dos depósitos minerais, promovendo a elaboração de textos, cartas e mapas geológicos para divulgação;
2. fomentar as pesquisas geológicas, proteger, pesquisar e difundir a memória geológica; acompanhar os programas e execução de teses em colaboração com as instituições nacionais, internacionais de pesquisa e ensino, públicas ou privadas;

3. controlar, assegurar e fiscalizar as atividades de pesquisa mineral, analisar planos e relatórios finais de pesquisa, realizar vistorias sistemáticas, autuar infratores e impor as sanções cabíveis na conformidade do disposto na legislação;
4. elaborar e manter atualizados os dados físicos referentes as pesquisas realizadas pelos titulares de direitos minerários;
5. fiscalizar e proceder a averiguação de denúncias de dilapidação de recursos minerais, depósitos fossilíferos, apreendendo ou propondo a apreensão à autoridade competente, de bens e equipamentos utilizados e resultantes da atividade clandestina;
6. fiscalizar e proceder a vistoria necessária ao reconhecimento de ocorrência de bens para efeito de Permissão de Lavra Garimpeira, Licenciamento ou outros regimes de aproveitamento que a legislação venha instituir ou modificar;
7. executar estudos e laudos técnicos com vistas ao estabelecimento de áreas de garimpagem;
8. executar programas, projetos e trabalhos técnicos de interesse da mineração relacionados a geologia e pesquisa mineral;
9. praticar todos os atos necessários para o bom desempenho das atribuições que lhe forem cometidas, no cumprimento da legislação pertinente;
10. exercer o controle e a fiscalização dos depósitos fossilíferos bem como da exportação de dados e materiais geológicos, mineralógicos e paleontológicos, conforme dispõe a legislação pertinente;
11. elaborar e propor sua programação técnico-orçamentária.

b.2) Célula de Lavra, Segurança e Controle Ambiental na Mineração, com competência para:

1. analisar e emitir parecer técnico sobre requerimentos, relatórios, planos, projetos, trabalhos, consultas, denúncias e demais documentos protocolizados ou encaminhados ao Distrito, bem como praticar todos os demais atos necessários a instrução de processos;
2. fiscalizar a lavra e o beneficiamento, bem como, a higiene e a segurança das atividades de mineração, atuando em articulação com os órgãos regionais responsáveis pela higiene, segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores;
3. realizar vistorias, autuar infratores e impor as sanções cabíveis, na conformidade do disposto na legislação minerária;
4. executar programas, projetos e trabalhos técnicos de interesse da mineração relacionados a lavra, segurança e beneficiamento mineral;
5. fiscalizar a execução de projetos e serviços contratados pela Autarquia a nível regional;
6. participar de programas de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos;
7. manter atualizado o cadastro de minas, a nível regional, alimentando-o com dados técnicos;
8. exercer o controle e a fiscalização da lavra, segurança, higiene, beneficiamento da atividade garimpeira;
9. promover a divulgação de novos regulamentos e normas de mineração, orientando o usuário na sua aplicação;
10. executar programas e projetos de orientação técnica e tecnológica de apoio a pequena e média empresa de mineração do Estado;
11. elaborar e propor sua programação técnico orçamentária.
12. exercer a Fiscalização sobre o controle ambiental das atividades de Mineração, atuando em articulação com os órgãos responsáveis pelo meio ambiente;
13. realizar vistorias, autuar infratores e impor as sanções cabíveis, na conformidade do disposto na legislação minerária e ambiental;
14. analisar e emitir parecer sobre requerimentos, relatórios, planos, projetos, trabalhos, consultas, denúncias e demais documentos protocolizados ou encaminhados ao Distrito, bem como instruir processos;
15. organizar e manter atualizado o cadastro ambiental na mineração a nível estadual;
16. programar, organizar e acompanhar as atividades de Mineração, para avaliação e controle de impactos ambientais;
17. promover estudos, programas, projetos e apoiar pesquisas que visem o desenvolvimento de tecnologias de controle e monitoramentos de impactos ambientais decorrentes das atividades de mineração, divulgando os resultados obtidos e orientando sua aplicação;
18. elaborar e propor sua programação técnico orçamentária;
19. desenvolver estudos ambientais em articulação com os órgãos competentes direcionados ao estabelecimento de áreas específicas para o exercício da atividade garimpeira em forma

	<p>20. fiscalizar o controle ambiental na atividade mineral individual ou associativa;</p> <p>b.3) Célula de Arrecadação, com competência para:</p> <ol style="list-style-type: none"> acompanhar a evolução da arrecadação de tributos incidentes sobre a produção e a comercialização de bens minerais, bem como da participação ou compensação financeira pela exploração de recursos minerais; exercer a fiscalização da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais - CFEM; controlar e fiscalizar a arrecadação da Taxa Anual por Hectare, de outras taxas, multas, emolumentos e ressarcimentos; levantar e analisar os documentos contábeis e fiscais das empresas com débitos da CFEM; consolidar débitos relativos à CFEM, Taxa Anual por Hectare, ressarcimentos, multas e outras taxas; desenvolver ações administrativas relativas as notificações das empresas e pessoas físicas inadimplentes, previstas no Manual de Procedimento da CFEM; proceder ao parcelamento de débito relativo a CFEM e Taxa Anual por Hectare, propor abertura do processo de cobrança e demais providências previstas nos respectivos manuais de cobrança; desenvolver ações administrativas relativas a lavratura de Auto de Infração, Imposições de Multas e Nulidades de Alvarás de Pesquisa e Notificações Administrativas aos inadimplentes da Taxa Anual por Hectare; elaborar relatório operacional da CFEM, conforme estabelece o Programa Nacional de Arrecadação da CFEM; manter intercâmbio de informações técnicas e fiscais junto aos estados e municípios conveniados; promover e manter o controle dos convênios da CFEM com os estados e município; acompanhar e estudar a legislação tributária e a compensação financeira pela exploração de recursos minerais; fiscalizar e processar os documentos referentes a Arrecadação da compensação financeira pela exploração de recursos minerais, bem como orientar as empresas, municípios e Estado quanto a aplicação de sua legislação e emitir pareceres; elaborar e propor sua programação técnico orçamentária. <p>(...)</p>
	<p>CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS</p> <p>Art. 11. Os Órgãos descentralizados ficam subordinados às orientações técnicas e normativas das Diretorias e da Procuradoria-Geral, aprovadas pelo Diretor-Geral.</p>

5 PORTARIA MME Nº 247, DE 08 DE ABRIL DE 2011 (DOU 11/04/2011)

- Aprova o regimento interno do Departamento Nacional de Produção Mineral.

UNIDADE ORGANIZACIONAL
ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO DIRETOR-GERAL
Gabinete
Procuradoria Jurídica
ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E DE DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO

1. Setor de Gestão Territorial
2. Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento
3. Coordenação de Desenvolvimento da Mineração
3.1. Divisão de Economia Mineral e Estatística
4. Coordenação de Sustentabilidade da Mineração
4.1. Divisão de Difusão Tecnológica e Extensionismo Mineral
4.2. Divisão de Avaliação de Distritos Mineiros
DIRETORIA DE GESTÃO DE TÍTULOS MINERÁRIOS
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA
1. Divisão de Expedição e Controle
1.1. Setor de Apoio Administrativo
2. Divisão Técnica de Água Mineral
3. Coordenação de Fiscalização da Pesquisa Mineral
3.1. Divisão de Controle da Atividade de Pesquisa
4. Coordenação de Fiscalização do Aproveitamento Mineral
4.1. Divisão de Controle da Atividade de Lavra
5. Coordenação de Ordenamento da Extração Mineral
5.1. Divisão de Proteção de Depósitos Fossilíferos
ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS
SUPERINTENDÊNCIA DE ALAGOAS
1. Serviço de Gestão Administrativa
1.1. Seção de Execução Orçamentária e Financeira
1.2. Núcleo de Protocolo
2. Serviço de Procedimentos Arrecadatário e de Desenvolvimento da Mineração
3. Serviço de Gestão de Títulos Minerários e de Fiscalização da Atividade Minerária
3.1. Setor de Controle de Áreas

5.1 DNPM

UNIDADE ORGANIZACIONAL	DESCRIÇÃO
DNPM	CAPÍTULO I - DA NATUREZA E FINALIDADE

	<p>Art. 1º O Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Autarquia Federal criada pela Lei nº 8.876, de 02 de maio de 1994, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e circunscrição em todo o território nacional.</p> <p>Art. 2º O DNPM tem por finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração mineral e do aproveitamento dos recursos minerais e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, na forma do que dispõem o Código de Mineração, o Código de Águas Minerais, os respectivos regulamentos e a legislação que os complementa, competindo-lhe, em especial:</p> <p>I - promover a outorga ou propô-la à autoridade competente, quando for o caso, dos títulos minerários relativos à exploração e ao aproveitamento dos recursos minerais e expedir os demais atos referentes à execução da legislação minerária;</p> <p>II - coordenar, sistematizar e integrar os dados geológicos dos depósitos minerais, promovendo a elaboração de textos, cartas e mapas geológicos para divulgação;</p> <p>III - acompanhar, analisar e divulgar o desempenho da economia mineral brasileira e internacional, mantendo serviços de estatística da produção e do comércio de bens minerais;</p> <p>IV - formular e propor diretrizes para a orientação da política mineral;</p> <p>V - fomentar a produção mineral e estimular o uso racional e eficiente dos recursos minerais;</p> <p>VI - fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização dos bens minerais, podendo realizar vistorias, autuar infratores e impor as sanções cabíveis, na conformidade do disposto na legislação minerária;</p> <p>VII - baixar normas em caráter complementar e exercer a fiscalização sobre o controle ambiental, a higiene e a segurança das atividades de mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente, segurança, higiene e saúde ocupacional dos trabalhadores;</p> <p>VIII - implantar e gerenciar bancos de dados para subsidiar as ações de política mineral, necessárias ao planejamento governamental;</p> <p>IX - baixar normas, promover a arrecadação e a distribuição das quotas-partes, e exercer fiscalização sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais-CFEM, de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição e das demais receitas da Autarquia;</p> <p>X - fomentar a pequena empresa de mineração;</p> <p>XI - estabelecer as áreas e as condições para o exercício da garimpagem em forma individual ou associativa; e</p> <p>XII - autorizar e fiscalizar a extração de espécimes fósseis, nos termos do art. 1º do Decreto-Lei nº 4.146, de 04 de março de 1942.</p> <p>CAPÍTULO III - DA DIREÇÃO E NOMEAÇÃO</p> <p>Art. 4º O DNPM é dirigido por um Diretor-Geral e cinco Diretores.</p> <p>§ 1º O Diretor-Geral será nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado de Minas e Energia.</p> <p>§ 2º A nomeação do Procurador-Chefe deverá ser precedida de anuência do Advogado-Geral da União.</p> <p>§ 3º A nomeação e a exoneração do Auditor-Chefe deverão ser submetidas, pelo dirigente máximo do DNPM, à aprovação do Controlador-Geral da União para exercício no DNPM.</p>
ESTRUTURA	<p>Art. 3º O Departamento Nacional de Produção Mineral tem a seguinte estrutura organizacional:</p> <p>I - órgãos de assistência direta e imediata ao Diretor-Geral:</p> <p>a) Gabinete:</p> <p>1. Divisão de Museu de Ciências da Terra:</p> <p>1.1. Serviço de Acervo, Pesquisa e Proteção; e</p> <p>1.2. Serviço de Administração;</p>

- 2. Setor de Apoio Administrativo;
- b) Procuradoria Jurídica:
 - 1. Setor de Apoio Administrativo;
 - 2. Coordenação de Assuntos Minerários;
 - 3. Coordenação de Assuntos Administrativos; e
 - 4. Coordenação de Contencioso, Cobrança e Recuperação de Créditos;
- c) Ouvidoria;
- d) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento:
 - 1. Coordenação de Tecnologia da Informação:
 - 1.1. Divisão de Gestão de Projetos e Sistemas; e
 - 1.2. Divisão de Gerenciamento de Rede e Suporte;
 - 2. Coordenação de Geoprocessamento:
 - 2.1. Divisão de Gestão de Informações Geográficas;

III - órgãos específicos singulares:

(...)

b) Diretoria de Planejamento e de Desenvolvimento da Mineração:

- 1. Setor de Gestão Territorial;
- 2. Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento;
- 3. Coordenação de Desenvolvimento da Mineração:
 - 3.1. Divisão de Economia Mineral e Estatística;
- 4. Coordenação de Sustentabilidade da Mineração:
 - 4.1. Divisão de Difusão Tecnológica e Extensionismo Mineral; e
 - 4.2. Divisão de Avaliação de Distritos Mineiros;

c) Diretoria de Gestão de Títulos Minerários:

- 1. Coordenação de Gestão da Outorga de Títulos Minerários:
 - 1.1. Divisão de Gestão de Títulos Minerários; e
 - 1.2. Divisão de Gestão de Dados Minerários:
 - 1.2.1. Setor de Manutenção de Dados Técnicos;
- 2. Coordenação de Gestão de Estudos de Áreas:
 - 2.1. Divisão de Gestão de Controle de Áreas;
- 3. Coordenação de Procedimentos de Gestão de Títulos Minerários:
 - 3.1. Divisão de Padronização de Processos de Outorga;

d) Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária:

- 1. Divisão de Expedição e Controle:
 - 1.1. Setor de Apoio Administrativo;
- 2. Divisão Técnica de Água Mineral;
- 3. Coordenação de Fiscalização da Pesquisa Mineral;

	3.1. Divisão de Controle da Atividade de Pesquisa; 4. Coordenação de Fiscalização do Aproveitamento Mineral: 4.1. Divisão de Controle da Atividade de Lavra; 5. Coordenação de Ordenamento da Extração Mineral: 5.1. Divisão de Proteção de Depósitos Fossilíferos;
--	---

5.2 DIRETOR-GERAL e DEMAIS GESTORES

DIRETOR-GERAL	<p>CAPÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES</p> <p>Art. 93. Ao Diretor-Geral incumbe:</p> <p>I - administrar o DNPM e praticar todos os atos de gestão operacional, orçamentária, financeira, contábil, de patrimônio, de material, de serviços gerais e de recursos humanos, na forma da legislação em vigor;</p> <p>II - representar o DNPM em juízo ou fora dele;</p> <p>III - supervisionar e coordenar as atividades dos órgãos integrantes da Estrutura Regimental do DNPM, bem como acompanhar por meio de indicadores o desempenho da gestão da autarquia;</p> <p>IV - avocar, para decisão ou revisão, assuntos inerentes aos órgãos integrantes da estrutura regimental do DNPM, sem prejuízo da continuidade do exercício pelos mesmos órgãos das atribuições nelas previstas;</p> <p>V - firmar, como representante legal do DNPM, contratos, convênios, acordos, ajustes e outros atos negociais similares;</p> <p>VI - delegar quaisquer de suas atribuições, salvo aquelas que, por sua própria natureza ou por vedação legal, só possam ser por ele implementadas privativamente;</p> <p>VII - zelar pelo desenvolvimento, legitimidade e credibilidade interna e externa do DNPM;</p> <p>VIII - praticar todos os atos de gestão previstos no Código de Mineração, Código de Águas Minerais e na legislação correlata;</p> <p>IX - propor políticas e deliberar sobre os planos, programas e projetos da Autarquia;</p> <p>X - determinar a instauração de inquéritos conforme as normas e legislação pertinente;</p> <p>XI - baixar portarias e emitir instruções normativas, circulares e outros instrumentos referentes a atos de sua competência;</p> <p>XII - elaborar, implantar e executar ações de melhorias contínuas, envolvendo o programa de qualidade do serviço público;</p> <p>XIII - assegurar a manutenção e operação da infraestrutura dos órgãos descentralizados; e</p> <p>XIV - instituir os critérios para aferir o mérito profissional e de avaliação de desempenho dos ocupantes das Funções Comissionadas do DNPM - FCDNPM e de Funções Gratificadas - FG, a ser realizada a cada dois anos.</p>
DIRETORES	<p>Art. 99. Aos Diretores incumbe:</p> <p>I - assessorar o Diretor-Geral no exercício de suas atribuições;</p> <p>II - dirigir, coordenar e fiscalizar as atividades técnicas e administrativas exercidas nas áreas de suas competências;</p> <p>III - coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes às respectivas Diretorias;</p> <p>IV - orientar e supervisionar as atividades técnico-científicas e administrativas dos órgãos descentralizados, no que lhes couber;</p> <p>V - promover a interação entre os órgãos do DNPM e entidades públicas ou privadas que exerçam atividades de interesse da Autarquia;</p> <p>VI - realizar diligências administrativas, no âmbito da sua competência, quando necessário;</p>

	<p>VII - indicar ao Diretor-Geral, dentre seus subordinados, aquele que deverá substituí-lo nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo;</p> <p>VIII - indicar ao Diretor-Geral os nomes dos servidores para provimento de cargos e funções em comissão existentes nas suas áreas de competência;</p> <p>IX - solicitar a realização de despesas à conta do orçamento alocado às atividades sob suas responsabilidades;</p> <p>X - alocar os servidores em exercício na Diretoria e promover a adequada distribuição dos trabalhos;</p> <p>XI - elaborar o Relatório Anual de Gestão e de Atividades do respectivo órgão, para integrar o relatório anual das Superintendências e Diretorias; e</p> <p>XII - representar a Autarquia por delegação expressa do Diretor-Geral.</p> <p>(...)</p>
SUPERINTENDENTES	<p>Art. 100. Aos Superintendentes incumbe:</p> <p>I - representar a Autarquia no seu relacionamento oficial com entidades públicas e privadas, localizadas em sua área de circunscrição;</p> <p>II - emitir pareceres sobre assuntos pertinentes às suas unidades;</p> <p>III - elaborar e submeter ao Diretor-Geral, relatórios das atividades executadas;</p> <p>IV - alocar os servidores em exercício na Superintendência e respectivo Escritório, quando houver, e promover a adequada distribuição dos trabalhos;</p> <p>V - atribuir atividades aos respectivos servidores, independente de sua distribuição na estrutura regimental, de acordo com a necessidade do serviço;</p> <p>VI - atuar como ordenador de despesa do órgão descentralizado; e</p> <p>VII - praticar atos de administração necessários à execução das tarefas.</p>
DEMAIS CHEFIAS	<p>Art. 101. Aos Coordenadores e Chefes de Divisões, Serviços, Seções, Setores e Núcleos incumbem:</p> <p>I - orientar, dirigir e supervisionar as atividades exercidas por seus subordinados;</p> <p>II - implementar e executar as ações estabelecidas em convênios;</p> <p>III - cumprir e fiscalizar o exercício das normas específicas;</p> <p>IV - praticar os demais atos que se fizerem necessários à implementação das atividades de sua área de competência; e</p> <p>V - elaborar o Relatório Anual de Gestão e de Atividades do respectivo órgão, para integrar o relatório anual das Superintendências e Diretorias.</p>

5.3 ÁREAS FINALÍSTICAS

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E DE DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO	<p>Seção III - Dos Órgãos Específicos Singulares</p> <p>Art. 59. À Diretoria de Planejamento e de Desenvolvimento da Mineração compete:</p> <p>I - compatibilizar o planejamento setorial das atividades de mineração no País, na perspectiva das dimensões democrática, econômica, social, ambiental e da sustentabilidade do desenvolvimento regional, com o planejamento institucional; (...)</p> <p>Art. 60. Ao Setor de Gestão Territorial compete prestar apoio à Diretoria, gerenciando trabalhos no segmento de gestão territorial para atender demandas de geologia, tecnologia mineral, economia mineral e sustentabilidade ambiental da mineração. (...)</p> <p>Art. 63. À Divisão de Economia Mineral e Estatística compete:</p> <p>III - articular os mecanismos regionais de coleta de informações e análise dos Relatórios Anuais das Atividades realizadas pelos mineradores;</p> <p>(...)</p> <p>V - desenvolver, aperfeiçoar e analisar os instrumentos declaratórios dos Investimentos em Pesquisa Mineral realizados pelos mineradores e, em articulação com a Divisão de Controle da Atividade de Pesquisa, auditar as respectivas declarações;</p>
--	--

	<p>VI - desenvolver e aperfeiçoar os instrumentos declaratórios dos Relatórios Anuais das Atividades de aproveitamento dos recursos minerais, apresentados pelos mineradores nas áreas concedidas e registradas e, ainda, em articulação com a Divisão de Controle da Atividade de Lavra, analisar e auditar os respectivos relatórios; (...)</p> <p>Art. 64. À Coordenação de Sustentabilidade da Mineração compete:</p> <p>I - coordenar, supervisionar e orientar o acompanhamento de ações para o desenvolvimento, em especial à pequena e média empresa de mineração, por meio de estudos e divulgação de novos métodos e técnicas adequados ao desenvolvimento sustentável da atividade de mineração;</p> <p>II - realizar a sistematização e integração dos dados de geologia econômica dos depósitos minerais;</p> <p>III - promover pesquisas geológicas e de tecnologia mineral básica e difundir a memória geológica e de tecnologia mineral nacionais em conjunto com universidades, entidades técnicas e científicas;</p> <p>IV - coordenar e supervisionar o acompanhamento dos trabalhos de controle ambiental na atividade de mineração em articulação com os órgãos responsáveis pelo meio ambiente; e</p> <p>V - coordenar, supervisionar e apoiar as ações de laboratórios de análises químicas e mineralógicas do DNPM.</p> <p>Art. 65. À Divisão de Difusão Tecnológica e Extensionismo Mineral compete:</p> <p>I - promover o cadastramento e formalização de áreas de conflitos e principalmente de aglomerados minerais e APL - Arranjos Produtivos Locais de base mineral; (...)</p>
DIRETORIA DE GESTÃO DE TÍTULOS MINERÁRIOS	<p>Art. 67. À Diretoria de Gestão de Títulos Minerários compete: (...)</p> <p>II - planejar, coordenar, padronizar e orientar as ações das Superintendências em sua área de atuação, bem como a elaboração dos atos administrativos relacionados aos títulos de exploração e aproveitamento de recursos minerais; (...)</p> <p>Art. 69. À Divisão de Gestão de Títulos Minerários compete:</p> <p>I - gerenciar, acompanhar e orientar os órgãos descentralizados no desenvolvimento de atividades que visem a simplificação, automação e racionalização de procedimentos, métodos e fluxos de trabalho bem como a adoção de procedimentos e a interpretação de normas técnicas processuais; (...)</p>
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA	<p>Art. 76. À Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária compete:</p> <p>I - coordenar e gerir o planejamento e a execução da ação de fiscalização da atividade minerária no País;</p> <p>II - efetuar o aperfeiçoamento normativo dos procedimentos fiscalizatórios;</p> <p>III - promover o relacionamento com outras instituições de fiscalização em matérias correlatas, em articulação com outras Diretorias e com as Superintendências;</p> <p>IV - promover ações objetivando o desenvolvimento efetivo da pesquisa mineral, o aproveitamento racional das jazidas, a segurança técnico-operacional das minas, o controle ambiental nas operações mineiras, bem como contribuir para a formalização da extração mineral;</p> <p>V - promover a proteção dos depósitos fossilíferos;</p> <p>VI - apoiar as Superintendências em sua área de atuação;</p> <p>VII - coordenar a participação do DNPM em fóruns interinstitucionais afetos à deliberação de temas de interesse da Autarquia, bem como de normativos sobre assuntos relacionados às águas subterrâneas, em especial, às águas minerais e potáveis de mesa.</p> <p>Art. 79. À Coordenação de Fiscalização da Pesquisa Mineral compete:</p> <p>I - planejar, coordenar, orientar, supervisionar e avaliar a execução das ações e atividades de fiscalização da pesquisa mineral, exercidas pelos órgãos descentralizados, em áreas de processos com autorização de pesquisa outorgadas objetivando a efetividade e o desenvolvimento da pesquisa mineral para a geração de novas jazidas;</p>

II - gerenciar as atividades dos órgãos descentralizados na análise, decisão e fiscalização de requerimentos de extração mineral por meio de guia de utilização e sua renovação e apoiar, quando solicitado, o setor responsável pela outorga e gestão de títulos minerários nos requerimentos de fixação de limite da jazida em profundidade por superfície horizontal;

III - gerenciar as atividades dos órgãos descentralizados na análise dos relatórios parciais de pesquisa e decisões sobre requerimentos de prorrogação do prazo dos trabalhos de pesquisa;

IV - gerenciar e supervisionar as atividades dos órgãos descentralizados na análise dos relatórios de pesquisa, dos relatórios de reavaliação de reservas e de aditamento de nova substância apresentados;

V - gerenciar e supervisionar as atividades de fiscalização e acompanhamento de estudos in loco ou de teste de vazão ou bombeamento de água mineral ou potável de mesa realizadas pelos órgãos descentralizados e analisar e emitir parecer técnico sobre requerimentos de área de proteção de fontes;

(...)

VII - promover a interação e dar suporte institucional e apoio técnico aos órgãos descentralizados, em suas áreas de atuação; e

VIII - apresentar à Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária proposta de planejamento anual da fiscalização afeta à Coordenação e órgãos descentralizados na sua área de competência, indicando as metas a serem alcançadas, exercer o acompanhamento da execução orçamentária específica e informar resultados mensais. (...)

Art. 81. À Coordenação de Fiscalização do Aproveitamento Mineral compete:

I - planejar, coordenar, orientar, supervisionar e avaliar a execução das ações de fiscalização dos órgãos descentralizados, objetivando o aproveitamento racional das jazidas, a segurança técnico-operacional e o controle ambiental das minas e a melhoria das condições de higiene e saúde ocupacional dos trabalhadores nos regimes de licenciamento, concessão e registro de extração;

II - coordenar e supervisionar a execução das ações e atividades de fiscalização das áreas objeto de renúncia ao título e ao descomissionamento de mina e a análise de atualizações de planos de aproveitamento econômico;

III - coordenar e supervisionar a fiscalização das concessões de águas minerais e potáveis de mesa com vistas à observância das boas práticas e obrigações previstas nas normas e regulamentos técnicos;

IV - desenvolver e gerenciar o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração;

V - apoiar a fiscalização dos depósitos fossilíferos e sítios geológicos e paleontológicos, em articulação com o órgão responsável pela sua gestão;

VI - desenvolver e gerenciar estudos, projetos, programas e trabalhos técnicos na área da lavra, segurança e controle ambiental, necessários ao aperfeiçoamento da ação fiscalizadora;

VII - apoiar a representação do DNPM junto a conselhos, câmaras técnicas, comissões, comitês, grupos de trabalho, de instituições governamentais e privadas, relacionadas à fiscalização da atividade minerária;

VIII - promover a interação e dar suporte institucional e apoio técnico aos órgãos descentralizados, em suas áreas de atuação; e

IX - apresentar à Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária proposta de planejamento anual da fiscalização afeta à Coordenação e Superintendências na sua área de competência, indicando as metas a serem alcançadas, acompanhar a execução orçamentária específica e informar resultados mensais.

Art. 82. À Divisão de Controle da Atividade de Lavra compete:

I - coordenar e supervisionar a análise e auditoria, executadas em conjunto com os órgãos descentralizados, dos Relatórios Anuais das Atividades de aproveitamento dos recursos minerais, apresentados pelos mineradores nas áreas concedidas e registradas, em articulação com a Divisão de Economia Mineral e Estatística;

II - propor, subsidiar e supervisionar o desenvolvimento e aplicação de Sistemas de Autuações resultantes da ação fiscalizatória pelo inadimplemento do Código de Mineração e legislação correlata na área de competência da Coordenação;

III - supervisionar os procedimentos técnicos e administrativos relacionados às vistorias realizadas;

	<p>IV - supervisionar a aplicação de cadastros técnicos e formulários padronizados de fiscalização; e</p> <p>V - gerenciar as atividades de análise dos requerimentos de prorrogação do início dos trabalhos de lavra, de suspensão temporária de lavra, de retomada dos trabalhos e monitoramento do cumprimento das obrigações dos concessionários de minas inativas e suspensas, executadas pelos órgãos descentralizados.</p> <p>Art. 83. À Coordenação de Ordenamento da Extração Mineral compete:</p> <p>I - planejar, coordenar, orientar, supervisionar e avaliar a participação dos órgãos descentralizados em operações interinstitucionais de combate à extração ilegal de substâncias minerais, de solução de conflitos, atendimento de solicitações dos órgãos representantes dos interesses difusos da sociedade relacionadas à sua área de atuação e as ações de fiscalização destinadas a contribuir para a formalização da extração mineral;</p> <p>(...)</p> <p>XII – promover a interação e dar suporte institucional e apoio técnico aos órgãos descentralizados, em suas áreas de atuação;(...)</p>
--	--

5.4 ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS

	<p>Seção IV – órgãos descentralizados:</p> <p>e) Superintendências Classe IV, com circunscrição nos Estados de Alagoas, Amapá, Maranhão, Piauí, Roraima e Sergipe, sede nas respectivas capitais e a seguinte estrutura organizacional:</p> <p>1. Serviço de Gestão Administrativa:</p> <p>1.1. Seção de Execução Orçamentária e Financeira; e</p> <p>1.2. Núcleo de Protocolo;</p> <p>2. Serviço de Procedimentos Arrecadatórios e de Desenvolvimento da Mineração; e</p> <p>3. Serviço de Gestão de Títulos Minerários e de Fiscalização da Atividade Minerária:</p> <p>3.1. Setor de Controle de Áreas; (...)</p> <p>Seção IV - Dos Órgãos Descentralizados</p> <p>Art. 85. Às Superintendências, compete:</p> <p>I - realizar atividades relacionadas a arrecadação, cobrança, outorga, vistorias, atendimento ao cidadão-usuário, ação fiscal, análise da legalidade dos atos, obtenção de dados e informações sobre economia mineral e o uso de geotecnologias;</p> <p>II - promover a execução orçamentária e financeira no âmbito de sua circunscrição; e</p> <p>III - gerir materiais, patrimônio, documentos, pessoal, infraestrutura, tecnologia da informação e serviços gerais.</p> <p>Parágrafo único. Às Superintendências de Classe I e II compete apoiar a ação das demais Superintendências, quando houver carência de recursos ou de pessoal ou de necessidade de conhecimento técnico específico.</p> <p>(...)</p> <p>Art. 90. Nas Superintendências Classe IV, compete: (...)</p> <p>V - aos Serviços de Gestão de Títulos Minerários e de Fiscalização da Atividade Minerária:</p> <p>a) exercer as atribuições elencadas nos incisos X a XII e XIV a XVII, e nas alíneas "a" a "i" e "k" a "n", "p" e "q" do inciso XVIII do art. 86;</p> <p>b) exercer as atribuições elencadas nas alíneas "c" a "h" do inciso VIII do art. 89; e</p> <p>c) executar anualmente análises e auditorias do relatório anual das atividades apresentados pelos mineradores nas áreas concedidas e registradas e previamente às respectivas vistorias nessas áreas;</p>
--	--

VI - aos Setores de Controle de Áreas exercer as atribuições elencadas no inciso XIII do art. 86;

Art. 86. Na Superintendência Classe I-A, compete:

(...)

X - à Divisão de Gestão de Títulos Minerários analisar, encaminhar e executar atos administrativos relacionadas à outorga, manutenção e encerramento de direitos minerários de exploração e aproveitamento de recursos minerais.

XI - ao Serviço de Controle de Títulos Minerários:

- a) formalizar, instruir e analisar os processos relacionados à outorga de títulos minerários;
- b) gerenciar os procedimentos de colocação de áreas em disponibilidade para pesquisa e lavra por meio de edital;
- c) realizar os estudos concernentes ao controle de áreas e englobamento de áreas; e
- d) executar os procedimentos necessários à promoção da imissão de posse, após a outorga das portarias de lavra.

XII - à Seção de Análise de Cessão e Transferência de Direitos:

- a) analisar contratos de cessão, arrendamento e transferência de direitos minerários; e
- b) promover estudos e retificações pertinentes à cessão, arrendamento e transferência de direitos minerários;

(...)

XIV - ao Setor de Cadastro e Arquivo:

- a) proceder à juntada de documentos;
- b) promover a anexação, apensação e desapensação de processos, fiscalizando e promovendo sua ordenação antes de sua distribuição;
- c) registrar em livros próprios os títulos minerários;
- d) efetuar as averbações aos registros de títulos minerários de sua competência;
- e) emitir as certidões pertinentes;
- f) preparar e encaminhar os expedientes relativos às instruções dos processos pertinentes à outorga de títulos de direitos minerários;
- g) preparar os originais dos títulos minerários para assinatura das autoridades competentes;
- h) providenciar a publicação dos atos do respectivo órgão descentralizado;
- i) efetuar o controle de prazos para cumprimento de exigências; e
- j) propor a baixa na transcrição dos títulos autorizativos;

XV - ao Setor de Atendimento:

- a) prestar informações aos interessados, legalmente constituídos, indicando o andamento processual;
- b) analisar pedidos de vista e/ou cópias, para posterior decisão da autoridade competente; e
- c) conceder vista e/ou cópias aos titulares ou representantes legais, mediante comprovação;

XVI - ao Serviço de Análise de Projetos:

- a) executar as atividades de análise de projetos e requerimentos de autorização de pesquisa, de permissão de lavra garimpeira, de registro de licenciamento, de extração e de requerimento de lavra, pedidos de prorrogação de prazo para apresentação do requerimento de lavra, de grupamentos mineiros, áreas e laudos de servidão, de desmembramento de concessões de lavra, de consórcios de mineração e de reconhecimento geológico;
- b) analisar e emitir parecer técnico sobre requerimento de prorrogação de registro de licença, permissão de lavra garimpeira e registro de extração;
- c) realizar a vistoria necessária ao reconhecimento de ocorrência de bens para efeito de permissão de lavra garimpeira, licenciamento ou outros regimes de aproveitamento que a legislação venha instituir ou modificar;
- d) promover a análise dos requerimentos de fixação de limite em profundidade por superfície horizontal, visando à outorga de novos títulos; e
- e) gerenciar a análise das propostas apresentadas nos editais de disponibilidade de áreas, visando à outorga de títulos minerários;

XVII – à Divisão de Fiscalização da Atividade Minerária:

- a) programar e executar a fiscalização da atividade minerária no âmbito da sua área de circunscrição, conforme o planejamento realizado nos termos das diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária;
- b) elaborar proposta de planejamento anual da fiscalização, definindo prioridades e indicando as metas a serem alcançadas, acompanhar a execução orçamentária específica e informar resultados mensais alcançados ao Superintendente e à Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária;
- c) dar suporte à Superintendência na relação institucional afeta à sua competência;
- d) adotar as providências cabíveis em face das fiscalizações realizadas;
- e) gerenciar a execução das atividades de análise processual, laudos, pareceres e fiscalização necessárias à emissão do Certificado do Processo Kimberley- CPK;
- f) elaborar anualmente o Relatório de Gestão e de Atividades da Divisão, para integrar o relatório da Superintendência e da Diretoria correlata;
- g) apoiar os demais órgãos, quando solicitado; e
- h) assessorar o Superintendente nas áreas de sua competência;

XVIII - ao Serviço da Fiscalização da Pesquisa e do Aproveitamento Mineral:

- a) executar as atividades de fiscalização da pesquisa mineral, em áreas de processos com autorização de pesquisa, objetivando a efetividade e o desenvolvimento da pesquisa mineral, para a geração de novas jazidas;
 - b) executar as autuações pela não comunicação do início dos trabalhos de pesquisa e não apresentação do relatório dos trabalhos de pesquisa;
 - c) realizar análise das Declarações de Investimento em Pesquisa Mineral apresentadas;
 - d) executar a fiscalização de acompanhamento dos trabalhos de pesquisa mineral;
 - e) executar as atividades de análise, decisão e fiscalização de requerimentos de extração mineral através de guia de utilização e sua renovação, e apoiar, por meio de vistorias e pareceres técnicos, quando solicitado, a área de gestão de títulos minerários e análise de projetos nos requerimentos de fixação de limite da jazida em profundidade por superfície horizontal;
 - f) analisar relatórios parciais de pesquisa e requerimentos de prorrogação do prazo dos trabalhos de pesquisa;
 - g) fiscalizar e analisar relatórios finais de pesquisa, dos relatórios de reavaliação de reservas e de aditamento de nova substância apresentados;
 - h) executar as atividades de acompanhamento de estudo in loco ou de teste de vazão ou bombeamento de água mineral ou potável de mesa, analisar e emitir parecer técnico sobre requerimentos de área de proteção de fontes;
 - i) executar a fiscalização dos depósitos fossilíferos, sítios geológicos e paleontológicos, da exportação de materiais geológicos, mineralógicos e paleontológicos, conforme dispõe a legislação pertinente, em articulação com o órgão responsável pela sua gestão;
- (...)

- k) executar a fiscalização das áreas objeto de renúncia ao título e ao descomissionamento de mina e a análise de atualizações de planos de aproveitamento econômico;
- l) executar a fiscalização das concessões de águas minerais e potáveis de mesa com vistas à observância das boas práticas e obrigações previstas nas normas e regulamentos técnicos;
- m) contribuir para o desenvolvimento do Cadastro Nacional de Barragens de Mineração;
- n) propor estudos, projetos, programas e trabalhos técnicos na área da lavra, segurança e controle ambiental, necessários ao aperfeiçoamento da ação fiscalizadora;
- (...)
- p) executar a análise dos requerimentos de prorrogação do início dos trabalhos de lavra, de suspensão temporária de lavra, de retomada dos trabalhos e monitoramento do cumprimento das obrigações dos concessionários de minas inativas e suspensas; e
- q) realizar vistorias e aplicar infrações resultantes da ação fiscalizatória, quando ocorrer o inadimplemento do Código de Mineração e legislação correlata, na área de sua competência.
- XIII - à Seção de Controle de Áreas;
- a) controlar o direito de prioridade;
- b) prestar informações sobre a oneração de áreas e a qualidade das informações cartográficas da região;
- c) controlar as áreas vedadas à mineração ou condicionadas a procedimentos especiais definidos na legislação;
- d) analisar e instruir os processos de outorga de títulos minerários;
- e) preparar a imissão de posse das jazidas; e
- f) dirimir eventuais conflitos advindos da locação das áreas;
- Art. 89. Nas Superintendências de Classe III, compete:**
- VIII - aos Serviços de Fiscalização da Atividade Minerária:
- (...)
- c) executar a fiscalização objetivando o aproveitamento racional das jazidas, a segurança técnico-operacional e o controle ambiental das minas e a melhoria das condições de higiene e saúde ocupacional dos trabalhadores nos regimes de licenciamento, concessão, registro de extração e permissão de lavra garimpeira;
- d) gerenciar a participação em operações interinstitucionais de combate à extração ilegal de substâncias minerais, de solução de conflitos, atendimento de solicitações dos órgãos representantes dos interesses difusos da sociedade relacionadas à sua área de atuação e realizar ações de fiscalização destinadas a contribuir para a formalização da extração mineral;
- e) gerenciar a fiscalização para apurar denúncias de extração ilegal de espécimes fósseis ou degradação de sítios paleontológicos;
- f) gerenciar ações que visem à regularização da produção de gemas e diamantes;
- g) gerenciar a execução das atividades de análise processual, laudos, pareceres e fiscalização necessários à emissão do Certificado do Processo Kimberley- CPK; e
- h) gerenciar a fiscalização voltada à formalização nas áreas dos Arranjos Produtivos Locais - APL e demais aglomerados de base mineral.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 103. Os órgãos descentralizados ficam subordinados às orientações técnicas e normativas das Diretorias e da Procuradoria Geral, aprovadas pelo Diretor-Geral.